

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
---	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	94
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	97
---	----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	98
---	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	99
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	100
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	101
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	75.529.774
Preferenciais	143.412.165
Total	218.941.939
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	11.807.373	11.042.402	9.352.482
1.01	Ativo Circulante	3.017.672	2.954.903	3.534.598
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	154.900	77.274	350.974
1.01.02	Aplicações Financeiras	575.742	270.027	1.491.618
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	575.742	270.027	1.491.618
1.01.03	Contas a Receber	1.271.543	1.295.261	1.116.815
1.01.03.01	Clientes	1.270.661	1.294.725	1.109.543
1.01.03.01.01	Consumidores e concessionárias	1.270.661	1.294.725	1.109.543
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	882	536	7.272
1.01.03.02.01	Títulos de créditos a receber	882	536	7.272
1.01.04	Estoques	23.555	22.586	21.170
1.01.06	Tributos a Recuperar	487.142	217.462	146.746
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	504.790	1.072.293	407.275
1.01.08.03	Outros	504.790	1.072.293	407.275
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	26.066	156.374	139.865
1.01.08.03.02	Ativo financeiro setorial	179.614	608.510	54.517
1.01.08.03.03	Outros créditos	299.110	307.409	212.893
1.02	Ativo Não Circulante	8.789.701	8.087.499	5.817.884
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.179.547	6.427.529	4.096.086
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	41.847	56.729	62.052
1.02.01.04	Contas a Receber	798.881	606.033	437.072
1.02.01.04.01	Consumidores e concessionárias	798.881	606.033	437.072
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	6.338.819	5.764.767	3.596.962
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	57.679	55.107	49.278
1.02.01.10.05	Tributos a recuperar	970.226	1.310.857	43.489
1.02.01.10.06	Ativos financeiros setoriais	144.718	208.453	28.178
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos	250.212	250.376	251.583
1.02.01.10.08	Ativo financeiro indenizável da concessão	4.825.060	3.884.108	3.183.825
1.02.01.10.09	Títulos de créditos a receber	7.220	7.220	8.454

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.01.10.10	Outros Créditos	83.704	48.646	32.155
1.02.02	Investimentos	6.258	6.209	6.209
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	6.258	6.209	6.209
1.02.03	Imobilizado	41.298	34.906	26.185
1.02.04	Intangível	1.562.598	1.618.855	1.689.404
1.02.04.01	Intangíveis	1.562.598	1.618.855	1.689.404
1.02.04.01.02	Intangíveis	1.339.407	1.385.525	1.510.045
1.02.04.01.03	Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	223.191	233.330	179.359

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	11.807.373	11.042.402	9.352.482
2.01	Passivo Circulante	2.725.405	2.562.030	2.505.804
2.01.02	Fornecedores	435.698	631.755	514.293
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.229.519	1.074.769	1.211.241
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	771.805	883.359	1.065.726
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	118.835	457.377	636.236
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	652.970	425.982	429.490
2.01.04.02	Debêntures	457.714	191.410	145.515
2.01.05	Outras Obrigações	1.060.188	855.506	780.270
2.01.05.02	Outros	1.060.188	855.506	780.270
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.376	978	50.973
2.01.05.02.04	Impostos e contribuições sociais	151.438	200.895	202.167
2.01.05.02.05	Contribuição de iluminação pública	30.555	22.779	24.346
2.01.05.02.07	Encargos setoriais	107.542	104.341	60.242
2.01.05.02.08	Benefícios pós-emprego	13.614	12.820	13.969
2.01.05.02.09	Obrigações estimadas	20.364	21.820	20.071
2.01.05.02.10	Passivos financeiros setoriais	348.665	95.478	211.667
2.01.05.02.11	Incorporação de redes	65.862	93.922	56.001
2.01.05.02.12	Encargos de dívidas	26.799	54.051	62.425
2.01.05.02.13	Instrumentos financeiros derivativos	194.739	103.006	2.961
2.01.05.02.15	Arrendamentos Operacionais	622	1.671	2.383
2.01.05.02.16	Outros passivos	98.612	143.745	73.065
2.02	Passivo Não Circulante	5.982.775	5.821.280	4.166.418
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.716.720	3.421.883	3.256.723
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.137.604	1.703.394	1.740.092
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.023.614	1.143.186	1.273.595
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.113.990	560.208	466.497
2.02.01.02	Debêntures	1.579.116	1.718.489	1.516.631
2.02.02	Outras Obrigações	2.013.942	2.148.645	790.724

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.02.02	Outros	2.013.942	2.148.645	790.724
2.02.02.02.03	Fornecedores	34.118	31.885	39.766
2.02.02.02.04	Impostos e Contribuições sociais	572.229	401.674	310.895
2.02.02.02.06	Benefícios pós-emprego	92.132	94.201	126.613
2.02.02.02.09	Encargos setoriais	25.748	30.955	53.889
2.02.02.02.10	Passivos financeiros setoriais	73.042	276.606	136.906
2.02.02.02.11	Incorporação de redes	0	0	45.504
2.02.02.02.12	Instrumentos financeiros derivativos	3.777	0	0
2.02.02.02.13	Arrendamentos Operacionais	1.926	2.402	6.493
2.02.02.02.14	Efeitos da Redução do ICMS na base de calculo do Pis e Cofins	1.130.620	1.240.973	0
2.02.02.02.20	Outros Passivos	80.350	69.949	70.658
2.02.03	Tributos Diferidos	173.852	156.076	13.047
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	173.852	156.076	13.047
2.02.04	Provisões	78.261	94.676	105.924
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	78.261	94.676	105.924
2.03	Patrimônio Líquido	3.099.193	2.659.092	2.680.260
2.03.01	Capital Social Realizado	1.677.113	1.677.113	1.677.113
2.03.02	Reservas de Capital	22.786	5.319	4.073
2.03.02.07	Outras Reservas de Capital	22.786	5.319	4.073
2.03.04	Reservas de Lucros	1.397.141	1.189.583	1.113.719
2.03.04.01	Reserva Legal	213.432	153.897	97.227
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	84.549	302.802	302.802
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	732.471	533.561	317.717
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	366.689	199.323	395.973
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-218.253	-100.403
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	37.235	47.367	58.949
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-35.082	-42.037	-73.191

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	7.131.856	7.183.741	5.095.899
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.889.456	-5.289.084	-3.952.324
3.03	Resultado Bruto	2.242.400	1.894.657	1.143.575
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-363.928	-352.057	-212.182
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-319.396	-218.743	-182.251
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	14.930	34.930	13.494
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-59.462	-168.244	-43.425
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.878.472	1.542.600	931.393
3.06	Resultado Financeiro	-477.495	-303.158	-108.895
3.06.01	Receitas Financeiras	344.594	485.603	159.955
3.06.02	Despesas Financeiras	-822.089	-788.761	-268.850
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.400.977	1.239.442	822.498
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-210.273	-223.897	-144.532
3.08.01	Corrente	-196.607	-96.633	-48.826
3.08.02	Diferido	-13.666	-127.264	-95.706
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.190.704	1.015.545	677.966
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.190.704	1.015.545	677.966
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	5,61453	4,7886	2,92635
3.99.01.02	PN	5,10411	4,35327	3,21899

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	1.190.704	1.015.545	677.966
4.02	Outros Resultados Abrangentes	6.955	31.154	11.817
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.197.659	1.046.699	689.783

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.014.181	342.696	1.646.566
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.228.443	1.638.840	1.363.359
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	1.190.704	1.015.545	677.966
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	210.273	223.897	144.532
6.01.01.04	Despesas (Receitas) com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	372.340	471.755	476.715
6.01.01.05	Amortização e Depreciação	242.077	232.390	242.098
6.01.01.07	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	153.513	77.097	147.585
6.01.01.08	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis , fiscais e regulatórias	29.300	22.898	26.541
6.01.01.10	Marcação a mercado de derivativos	69.041	87.141	-12.185
6.01.01.11	Ativo financeiro indenizável da concessão	-240.785	-353.014	-113.759
6.01.01.12	Instrumentos financeiros derivativos	223.395	-128.801	-271.889
6.01.01.13	Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	41.776	63.491	31.972
6.01.01.14	Programa de remuneração variável - ILP	1.385	1.771	1.642
6.01.01.15	Marcação a mercado de dívidas	-64.576	-75.330	12.141
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-214.262	-1.296.144	283.207
6.01.02.01	(Aumento) de consumidores e concessionárias	-332.497	-360.085	-400.283
6.01.02.02	(Aumento) diminuição de títulos de créditos a receber	-346	8.152	3.078
6.01.02.03	(Aumento) de estoques	-969	-1.416	1.921
6.01.02.04	Recebimentos Despacho - CONTA COVID	0	0	377.985
6.01.02.05	(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	-2.572	-5.829	-1.731
6.01.02.06	(Aumento) de ativos financeiros setoriais	-247.250	-1.006.308	-103.239
6.01.02.07	Recursos da conta de comercialização de Itaipu	15.882	292.298	0
6.01.02.08	(Aumento) de tributos a recuperar	-91.555	-40.089	116.291
6.01.02.09	Valor justo dos títulos cedidos ao FIDC	0	96.082	0
6.01.02.10	(Aumento) de outros créditos	-91.853	-18.852	2.462
6.01.02.11	(Diminuição) aumento de fornecedores	-194.257	91.852	119.560
6.01.02.12	Aumento de impostos e contribuições sociais	390.262	97.812	241.761
6.01.02.13	Pagamento Recuperação de Créditos ICMS - REFIS Estadual	0	-332.649	0
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-184.650	-124.050	-65.618

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01.02.15	(Diminuição) aumento de obrigações estimadas	-1.456	1.749	-24
6.01.02.16	Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	-43.169	-43.172	-30.334
6.01.02.18	Aumento de passivos financeiros setoriais	580.904	21.039	-16.299
6.01.02.19	(Diminuição) aumento de outras contas a pagar	-10.736	27.322	37.677
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-996.854	765.922	-1.595.894
6.02.01	Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	-221.326	1.247.144	-1.266.996
6.02.02	Alienação de bens do imobilizado e intangível	22.455	54.667	34.674
6.02.03	Aplicações no imobilizado, intangível e ativo contratual - infraestrutura em construção	-797.983	-535.889	-363.572
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-939.701	-1.382.318	191.977
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos	1.519.947	1.124.105	1.566.383
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures e parcelamentos - principal	-1.044.231	-1.212.508	-1.166.909
6.03.03	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures e parcelamentos - juros	-342.471	-199.302	-147.568
6.03.04	Pagamento(recebimento) por liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-49.517	104.314	60.546
6.03.05	Pagamentos de dividendos	-774.627	-1.119.108	-81.392
6.03.07	Pagamento pela incorporação de redes	-246.034	-76.747	-39.656
6.03.11	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	0	2.544
6.03.12	Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	-2.768	-3.072	-1.971
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	77.626	-273.700	242.649
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	77.274	350.974	108.325
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	154.900	77.274	350.974

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.677.113	5.319	1.189.583	0	-42.037	2.829.978
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	47.367	-218.253	0	-170.886
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.677.113	5.319	1.236.950	-218.253	-42.037	2.659.092
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	17.467	-199.323	-575.702	0	-757.558
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-575.702	0	-575.702
5.04.08	Programa de remuneração variável (ILP)	0	913	0	0	0	913
5.04.09	Reserva de incentivo fiscal - reinvestimento	0	16.554	0	0	0	16.554
5.04.10	Pagamento de dividendos adicionais propostos	0	0	-199.323	0	0	-199.323
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.190.704	6.955	1.197.659
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.190.704	0	1.190.704
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	6.955	6.955
5.05.02.06	Ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	10.538	10.538
5.05.02.07	Tributos incidentes sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-3.583	-3.583
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	406.881	-396.749	-10.132	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	15.352	-15.352	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-5.220	5.220	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	59.535	-59.535	0	0
5.06.05	Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda/reinvestimento)	0	0	198.910	-198.910	0	0
5.06.06	Dividendos adicionais propostos	0	0	366.689	-366.689	0	0
5.06.07	Transferências de reservas	0	0	-218.253	218.253	0	0
5.07	Saldos Finais	1.677.113	22.786	1.444.508	0	-45.214	3.099.193

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.677.113	4.073	1.113.719	-100.403	-14.242	2.680.260
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.677.113	4.073	1.113.719	-100.403	-14.242	2.680.260
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.246	-395.973	-673.140	0	-1.067.867
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-673.140	0	-673.140
5.04.08	Programa de remuneração variável (ILP)	0	1.246	0	0	0	1.246
5.04.09	Pagamento de dividendos adicionais propostos	0	0	-395.973	0	0	-395.973
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.015.545	31.154	1.046.699
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.015.545	0	1.015.545
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	31.154	31.154
5.05.02.06	Ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	47.204	47.204
5.05.02.07	Tributos incidentes sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-16.050	-16.050
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	471.837	-460.255	-11.582	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	17.548	-17.548	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-5.966	5.966	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	56.670	-56.670	0	0
5.06.05	Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda)	0	0	215.844	-215.844	0	0
5.06.06	Dividendos adicionais propostos	0	0	199.323	-199.323	0	0
5.07	Saldos Finais	1.677.113	5.319	1.189.583	-218.253	5.330	2.659.092

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.514.569	162.431	555.261	0	-13.690	2.218.571
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.514.569	162.431	555.261	0	-13.690	2.218.571
5.04	Transações de Capital com os Sócios	162.544	-158.358	0	-131.877	0	-127.691
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-131.991	0	-131.991
5.04.08	Dividendos prescritos	0	0	0	114	0	114
5.04.09	Programa de remuneração variável (ILP)	0	1.642	0	0	0	1.642
5.04.10	Aumento de capital conforme RCA se 24/04/2020	162.544	-160.000	0	0	0	2.544
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	677.966	11.817	689.783
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	677.966	0	677.966
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	11.817	11.817
5.05.02.06	Ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	17.905	17.905
5.05.02.07	Tributos incidentes sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-6.088	-6.088
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	558.458	-546.089	-12.369	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	18.741	-18.741	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-6.372	6.372	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	33.898	-33.898	0	0
5.06.05	Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda)	0	0	128.587	-128.587	0	0
5.06.06	Dividendos adicionais propostos	0	0	395.973	-395.973	0	0
5.07	Saldos Finais	1.677.113	4.073	1.113.719	0	-14.242	2.780.663

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	10.054.408	10.572.794	7.895.114
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	9.234.273	10.053.698	7.710.580
7.01.02	Outras Receitas	14.930	34.930	13.494
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	958.718	561.263	318.626
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-153.513	-77.097	-147.586
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.954.947	-5.450.460	-3.883.059
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.495.192	-4.456.458	-3.196.950
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-378.796	-322.974	-291.528
7.02.04	Outros	-1.080.959	-671.028	-394.581
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.099.461	5.122.334	4.012.055
7.04	Retenções	-242.077	-232.390	-242.098
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-242.077	-232.390	-242.098
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.857.384	4.889.944	3.769.957
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	361.374	509.262	167.734
7.06.02	Receitas Financeiras	361.374	509.262	167.734
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.218.758	5.399.206	3.937.691
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.218.758	5.399.206	3.937.691
7.08.01	Pessoal	182.920	191.484	159.418
7.08.01.01	Remuneração Direta	107.817	126.021	97.330
7.08.01.02	Benefícios	60.424	51.779	49.752
7.08.01.03	F.G.T.S.	14.679	13.684	12.336
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.012.969	3.398.527	2.829.856
7.08.02.01	Federais	1.648.394	1.350.432	1.130.912
7.08.02.02	Estaduais	1.362.394	2.046.229	1.697.287
7.08.02.03	Municipais	2.181	1.866	1.657
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	832.165	793.650	270.451
7.08.03.01	Juros	830.144	792.940	269.313
7.08.03.02	Aluguéis	2.021	710	1.138
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	575.702	555.290	131.991

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.04.02	Dividendos	575.702	673.140	131.991
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	0	-117.850	0
7.08.05	Outros	615.002	460.255	545.975
7.08.05.01	Reserva legal	59.535	56.670	33.898
7.08.05.02	Realização de Reserva de Reavaliação	565.599	415.167	-12.369
7.08.05.03	Reservas de Lucros	-10.132	-11.582	524.446

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A | Resultados 2022

Cuiabá, 16 de março de 2023 - A Administração da Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Mato Grosso” ou “Companhia”) apresenta os resultados do quarto trimestre (4T22) e do exercício de 2022. As demonstrações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

➤ A Administração da Companhia revisou a metodologia de cálculo na apuração do fornecimento não faturado de energia elétrica, que resultou na reapresentação das demonstrações financeiras de 2021, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”. Para maiores detalhes, vide Nota Explicativa 3.3.

1. Considerações gerais

A Companhia atende:



1,6 milhão
clientes cativos



519
clientes livres



3,6 milhões
de habitantes



903.207
Km²



3.324
Colaboradores ^(*)
2.434 próprios e
890 terceirizados*



141
municípios

(*) Não considera os colaboradores das empresas prestadoras de serviço ligadas à construção.

No final do exercício, os ativos operacionais da Companhia tiveram a seguinte evolução:

Descrição do ativo	2022	2021	Acréscimo
Subestações - nº	173	167	6
Capacidade instalada nas subestações - MVA	4.300	4.116	184
Linhas de transmissão - km	7.206	7.016	190
Redes de distribuição - km	211.187	205.562	5.625
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	229.160	219.315	9.845
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	4.642	4.262	380

Nota: Alguns dados são provisórios passíveis de ajustes de inventário e contagem.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. Desempenho econômico-financeiro

2.1. Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia nos períodos:

Desempenho econômico-financeiro						
Resultados - R\$ milhões						
Descrição	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	2022	2021 (reapresentado)	Var. %
Receita operacional bruta	2.505,6	2.845,6	- 11,9	10.184,9	10.584,9	- 3,8
Receita operacional bruta, sem receita de construção ⁽¹⁾	2.257,3	2.673,3	- 15,6	9.234,3	10.027,8	- 7,9
Receita operacional líquida	1.739,1	1.928,2	- 9,8	7.131,9	7.183,7	- 0,7
Receita operacional líquida, sem receita de construção ⁽¹⁾	1.490,7	1.755,9	- 15,1	6.181,2	6.626,7	- 6,7
Resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT)	386,8	243,9	+ 58,6	1.878,5	1.542,6	+ 21,8
EBITDA	448,5	302,8	+ 48,1	2.120,5	1.775,0	+ 19,5
EBITDA ajustado recorrente ⁽²⁾	429,7	272,7	+ 57,6	1.879,8	1.328,2	+ 41,5
Resultado financeiro	(140,4)	(70,6)	+ 99,0	(477,5)	(303,2)	+ 57,5
Lucro líquido	227,3	130,3	+ 74,5	1.190,7	1.015,5	+ 17,2
Lucro líquido ajustado recorrente ⁽³⁾	217,4	104,5	+ 108,0	986,6	654,5	+ 50,8
Indicadores operacionais						
Número de consumidores cativos (mil)	1.598,0	1.557,0	+ 2,6	1.598,0	1.557,0	+ 2,6
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) ⁽⁴⁾	1.972,3	1.968,8	+ 0,2	7.573,5	7.527,0	+ 0,6
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) - (GWh) ⁽⁴⁾	2.536,4	2.512,6	+ 0,9	9.860,0	9.616,6	+ 2,5
Indicadores financeiros - R\$ milhões						
	2022	2021 (reapresentado)	Var. %			
Ativo total	11.807,4	11.042,4	+ 6,9			
Caixa / equivalentes de caixa / aplicações financeiras	772,5	404,0	+ 91,2			
Patrimônio líquido	3.099,2	2.659,1	+ 16,6			
Endividamento líquido	4.150,4	3.313,5	+ 25,3			

(1) Receita de construção: receita de construção da infraestrutura. | (2) EBITDA ajustado recorrente: EBITDA expurgando os efeitos não recorrentes e não caixa. | (3) Lucro líquido ajustado recorrente: Lucro líquido expurgando dos efeitos não recorrentes e não caixa. | (4) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE. pela CCEE.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3. Receita operacional

No 4T22, a Companhia apresentou receita operacional bruta de R\$ 2.505,6 milhões, ante R\$ 2.845,6 milhões registrados no 4T21, redução de R\$ 339,9 milhões (11,9%). A receita operacional líquida, deduzida da receita de construção, mostrou redução de 15,1% (R\$ 265,2 milhões) no trimestre, para R\$ 1.490,7 milhões.

A receita operacional líquida do período está influenciada pela atualização financeira do VNR no valor positivo de R\$ 77,6 milhões. Desta forma, a receita operacional líquida sem receita de construção e sem VNR, no 4T22, foi de R\$ 1.413,1 milhões, 13,2% (R\$ 215,1 milhões) menor do que o mesmo período de 2021. No acumulado do ano, o total foi de R\$ 5.940,4 milhões, redução de 5,3% (R\$ 333,2 milhões) em relação a 2021.

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Receita operacional por segmento (R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	2022	2021 (reapresentado)	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	1.830,0	2.045,9	- 10,6	7.030,4	6.973,6	+ 0,8
✓ Residencial	883,6	952,1	- 7,2	3.273,0	3.192,0	+ 2,5
✓ Industrial	135,3	158,2	- 14,5	555,1	559,5	- 0,8
✓ Comercial	322,2	414,7	- 22,3	1.330,3	1.439,0	- 7,6
✓ Rural	285,7	295,7	- 3,4	1.104,7	1.042,2	+ 6,0
✓ Outras classes	203,3	225,3	- 9,8	767,3	740,9	+ 3,6
(+) Suprimento de energia elétrica	37,6	56,5	- 33,4	132,5	392,2	- 66,2
(+) Fornecimento não faturado líquido	(32,6)	(137,8)	- 76,3	92,6	87,1	+ 6,3
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	237,6	221,3	+ 7,4	910,5	837,0	+ 8,8
(+) Receita de construção de infraestrutura	248,3	172,3	+ 44,2	950,7	557,1	+ 70,6
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	(2,7)	263,5	-	388,1	985,3	- 60,6
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	120,0	96,3	+ 24,6	446,0	387,8	+ 15,0
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	77,6	127,7	- 39,2	240,8	353,0	- 31,8
(+) Outras receitas	(10,2)	(0,1)	-	(6,5)	11,9	-
(=) Receita operacional bruta	2.505,6	2.845,6	- 11,9	10.184,9	10.584,9	- 3,8
(-) Impostos sobre vendas	524,5	754,8	- 30,5	2.073,4	2.741,5	- 24,4
(-) Deduções bandeiras tarifárias	-	(8,2)	-	-	(25,9)	-
(-) Encargos setoriais	242,1	170,8	+ 41,8	979,6	685,6	+ 42,9
(=) Receita operacional líquida	1.739,1	1.928,2	- 9,8	7.131,9	7.183,7	- 0,7
(-) Receita de construção de infraestrutura	248,3	172,3	+ 44,2	950,7	557,1	+ 70,6
(=) Receita operacional líquida, sem receita de construção de infraestrutura	1.490,7	1.755,9	- 15,1	6.181,2	6.626,7	- 6,7

No comparativo entre os trimestres, a diminuição da receita líquida é explicada principalmente pelos seguintes fatores:

- Na rubrica de Receita de energia elétrica, a tarifa cobrada no 4T21 estava adicionada das bandeiras tarifárias de escassez hídrica, portanto mais alta do que a tarifa do mesmo período em 2022, além de um crescimento de mercado mais baixo em função do impacto da geração distribuída no mercado cativo da distribuidora;
- Redução de R\$ 18,9 milhões no suprimento de energia em virtude da queda do PLD que esteve perto do piso para o 4T22, em média R\$ 55,70/MWh, ante a média era de R\$ 134,63/MWh para o 4T21.
- A conta de Fornecimento não faturado líquido está impactada, por efeitos não recorrentes líquidos, de R\$ 58,9 milhões no 4T22 e R\$ 97,9 milhões no 4T21. Estes valores referem-se aos ajustes do 1º, 2º e 3º trimestres de cada exercício. O total de ajuste de reapresentação do exercício de 2021 foi de R\$ 139,5 milhões conforme Nota Explicativa 3.3.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.1. Mercado de energia

No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD) e ao fornecimento não faturado, totalizaram 2.536,4 GWh aumento de 0,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em 2022, o consumo de energia elétrica no mercado cativo e livre (9.860,0 GWh) da Companhia apresentou alta de 2,5%, em relação ao ano anterior. O mercado da distribuidora cresceu na maioria dos meses do ano (7 dos 12) e nas principais classes de consumo, em especial na industrial e residencial. A classe Industrial (+5,0%) direcionou 34% do incremento, com destaque sobretudo para o setor alimentício, minerais-metálicos e não-metálicos. Já a Residencial registrou crescimento de 2,6%, com alta sobretudo em maio, julho e agosto devido a base baixa e temperaturas elevadas. Contudo, o resultado foi limitado pelo aumento de utilização de geração distribuída e pelo clima atipicamente mais frio e chuvoso em setembro, outubro e novembro, meses de maior demanda. A classe Comercial cresceu 2,7%, influenciada pela retomada de atividades e maior consumo em armazéns e distribuidores de alimentos. No Poder Público (+19,6%), a alta foi recorde em 20 anos, em meio a retomada de atividades escolares e de atividades presenciais nos órgãos públicos. Por outro lado, a classe Rural recuou 3,7%, impactada principalmente pelo efeito de reclassificação em atendimento a Resolução 901 da ANEEL e pela inserção da geração distribuída.

A composição do mercado no último trimestre foi a seguinte:

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
Residencial	913,0	883,8	+ 3,3	3.378,4	3.293,5	+ 2,6
Industrial	544,4	539,6	+ 0,9	2.255,6	2.147,2	+ 5,0
Cativo Industrial	136,8	142,8	- 4,2	578,7	567,6	+ 2,0
Livre Industrial	407,6	396,8	+ 2,7	1.676,9	1.579,6	+ 6,2
Comercial	439,4	452,4	- 2,9	1.792,3	1.744,9	+ 2,7
Cativo Comercial	327,5	360,3	- 9,1	1.355,0	1.403,4	- 3,5
Livre Comercial	111,9	92,0	+ 21,5	437,3	341,4	+ 28,1
Rural	356,2	373,4	- 4,6	1.388,4	1.441,4	- 3,7
Cativo Rural	330,0	332,4	- 0,7	1.282,0	1.325,0	- 3,2
Livre Rural	26,2	41,0	- 36,0	106,4	116,4	- 8,6
Outros	283,5	263,4	+ 7,6	1.045,4	989,8	+ 5,6
Cativo Outros	265,0	249,4	+ 6,3	979,4	937,5	+ 4,5
Livre Outros	18,4	14,0	+ 31,6	65,9	52,3	+ 26,2
1 Vendas de energia no mercado cativo	1.972,3	1.968,8	+ 0,2	7.573,5	7.527,0	+ 0,6
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	564,1	543,9	+ 3,7	2.286,5	2.089,7	+ 9,4
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	2.536,4	2.512,6	+ 0,9	9.860,0	9.616,6	+ 2,5
4 Fornecimento não faturado	-15,4	-43,1	- 64,2	28,0	-18,7	-
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	2.521,0	2.469,6	+ 2,1	9.888,0	9.598,0	+ 3,0

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A Companhia encerrou o ano com 1.597.977 unidades consumidoras cativas, quantidade 2,6% superior à registrada no mesmo período do ano anterior, e com 519 consumidores livres.

Para maiores detalhes, acessar o Boletim de Mercado - [clique no link](#)

3.2. Perdas de energia elétrica (“perdas”)

A Companhia encerrou o trimestre com o indicador em 13,49%, o que representa uma redução de 0,13 ponto percentual em relação a dezembro de 2021 e uma queda de 0,29 ponto percentual quando comparado com o trimestre anterior. O resultado consolida a trajetória de redução iniciada em 2021 refletindo o empenho do plano de investimento, das ações estruturantes e das medidas adicionais de combate as perdas focadas na reversão do indicador. Com o resultado alcançado em 2022, a Companhia praticamente ficou dentro dos limites regulatórios, o que representou a menor perda elétrica histórica da companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O comportamento das perdas de energia elétrica da Companhia foi o seguinte:

Últimos 12 meses

Perdas técnicas (%)			Perdas não-técnicas (%)			Perdas totais (%)			ANEEL
dez/21	set/22	dez/22	dez/21	set/22	dez/22	dez/21	set/22	dez/22	
8,94	8,99	8,90	4,68	4,79	4,59	13,62	13,78	13,49	13,45 

Nota: Para cálculo dos percentuais apresentados acima, foram considerados os valores de energia não faturada. Os cálculos das perdas não-técnicas representam a melhor estimativa da Administração.

Perdas técnicas (GWh)			Perdas não-técnicas (GWh)			Perdas totais (GWh)			Var. (%) ⁽¹⁾
dez/21	set/22	dez/22	dez/21	set/22	dez/22	dez/21	set/22	dez/22	
1.053,9	1.114,5	1.115,1	551,7	594,0	574,7	1.605,6	1.708,6	1.689,8	- 1,1

⁽¹⁾ Variação dez/22 vs set/22. Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

3.3. Gestão da inadimplência

3.3.1. Taxa de inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD") e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

PPECLD (% do fornecimento faturado)	Em 12 meses (%)		
	dez/22	dez/21	Variação em p. p.
EMT	1,93	0,99	0,95

A companhia, além do efeito não recorrente do FIDC, foi impactada pelo período de vedação à suspensão do fornecimento de energia elétrica, em decorrência da Lei Estadual de 2021, durante o período de Abr/21 a Jul/21 com reflexos no 1S22.

3.3.2. Taxa de arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Taxa de arrecadação (%)	Em 12 meses (%)		
	dez/22	dez/21	Variação em p. p.
EMT	95,74	95,56	+ 0,18

3.4. Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

A companhia alcançou o melhor resultado da série histórica tanto para o DEC quanto para o FEC. Em dezembro de 2022, o DEC foi de 16,72 horas alcançando uma redução de 3,28 horas em relação a dezembro de 2021, já o FEC foi de 7,31 vezes, redução de 10,42%, equivalente a 0,85 vezes em relação a 2021.

Empresa	DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
	dez/22	dez/21	Var. (%)	dez/22	dez/21	Var. (%)		
EMT	16,72	20,00	- 16,4	7,31	8,16	- 10,4	19,50 	14,90 

Nota: Os dados apresentados são obtidos a partir das bases de dados da ANEEL e são passíveis de alterações solicitadas pelo regulador.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.5. Créditos de subvenção tarifária, baixa renda e sub-rogação

A Aneel autorizou o repasse de subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, rurais irrigantes e serviços públicos, através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891 de 2013. Esses recursos, por sua vez, foram registrados como receita operacional via tarifa. Os valores, por distribuidora, são os seguintes:

Recursos Decreto 7.891 e Baixa Renda (R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	2022	2021 (reapresentado)	Var. %
EMT	120,0	96,3	+ 24,6	446,0	387,8	+ 15,0

4. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 1.104,0 milhões no 4T22, redução de 27,0% (R\$ 408,1 milhões), quando comparado com o mesmo trimestre de 2021.

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	2022	2021 (reapresentado)	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	793,0	1.177,8	- 32,7	3.184,0	4.052,3	- 21,4
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	655,6	1.057,2	- 38,0	2.665,5	3.590,8	- 25,8
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	137,5	120,6	+ 14,0	518,5	461,5	+ 12,3
2 Custos e despesas controláveis	238,9	228,3	+ 4,6	832,1	666,0	+ 24,9
2.1 PMSO	194,4	179,4	+ 8,4	650,2	609,2	+ 6,7
2.1.1 Pessoal e administradores	78,3	65,3	+ 19,9	217,4	215,1	+ 1,1
2.1.2 Benefício pós-emprego	4,0	9,2	- 56,2	10,6	17,0	- 37,9
2.1.3 Material	11,9	13,7	- 13,2	59,9	52,0	+ 15,3
2.1.4 Serviços de terceiros	81,1	64,3	+ 26,2	306,7	254,6	+ 20,5
2.1.5 Outras	19,0	26,9	- 29,2	55,5	70,5	- 21,2
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	1,1	10,5	- 89,8	14,8	13,5	+ 9,6
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	-	9,6	-	-	40,8	-
✓ Outros	17,9	6,8	162,6	40,7	16,1	+ 152,4
2.2 Provisões/Reversões	44,5	49,0	- 9,2	182,0	56,8	+ 220,2
2.2.1 Contingências	5,0	(6,4)	-	28,5	(20,3)	-
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	39,4	55,3	- 28,8	153,5	77,1	+ 99,1
3 Demais receitas/despesas	72,0	105,8	- 32,0	286,6	365,7	- 21,6
3.1 Amortização e depreciação	61,7	58,9	+ 4,7	242,1	232,4	+ 4,2
3.2 Outras receitas/despesas	10,3	47,0	- 78,0	44,5	133,3	- 66,6
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, s/ custo de construção de infraestrutura)	1.104,0	1.512,0	- 27,0	4.302,7	5.084,1	- 15,4
Custo de construção de infraestrutura (*)	248,3	172,3	+ 44,2	950,7	557,1	+ 70,6
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, c/ custo de construção de infraestrutura)	1.352,3	1.684,3	- 19,7	5.253,4	5.641,1	- 6,9

(*) Os custos de construção de infraestrutura estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

✓ Despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego

No trimestre, as despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego atingiram R\$ 82,4 milhões, aumento de 10,5% (R\$ 7,8 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado em função dos principais fatores abaixo:

R\$ 6,5 milhões de aumento devidos às maiores despesas de remuneração, encargos sociais e benefícios.

Em 2022, as despesas totalizaram R\$ 227,9 milhões, redução de 1,8% (R\$ 4,1 milhões).

✓ Despesas com materiais e serviços de terceiros

No 4T22, as despesas com materiais e serviços de terceiros atingiram R\$ 93,1 milhões, acréscimo de 19,3% (R\$ 15,0 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado, que é explicado pelos principais fatores:

- (i) Aumento de R\$ 5,8 milhões nas despesas intercompany;
- (ii) Aumento de R\$ 8,8 milhões em honorário advocatícios e consultoria externa;
- (iii) Aumento de R\$ 1,7 milhões em materiais para manutenção corretiva e manutenção de linhas;
- (iv) Redução de R\$ 4,4 milhões referentes às despesas com TI/Telecom advindas da natureza de Serviços

No acumulado de 2022, as despesas com materiais e serviços totalizaram R\$ 366,7 milhões, acréscimo de 19,6% (R\$ 60,1 milhões).

✓ Outras despesas

Para atendimento ao Manual Contábil do Setor Elétrico (MCSE), a partir do mês de julho/22, as rubricas de Publicações e Registros Legais, Veiculação de Informação ao Consumidor, Reprografia, e Telecom foram realocadas da natureza Serviços para a natureza Outros. Dessa forma, no trimestre, as outras despesas atingiram R\$ 19,0 milhões, redução de 29,2% (R\$ 7,8 milhões) comparado ao mesmo período do ano passado, explicado em grande parte pelos seguintes fatores:

- (i) Redução de R\$ 9,4 milhões de despesas referentes às multas regulatórias;
- (ii) Redução de R\$ 9,6 milhões de indenizações foram reclassificadas para o item de Provisões/Reversões.
- (iii) Aumento de R\$ 4,4 milhões referentes às despesas com TI/Telecom advindas da natureza de Serviços;
- (iv) Aumento de R\$ 3,0 milhões com despesas de propaganda e publicidade e patrocínios e doações;

Em 2022, as despesas totalizaram R\$ 55,5 milhões, decréscimo de 21,2% (R\$ 15,1 milhões).

Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD")

Redução de R\$15,9 milhões no trimestre proveniente do PPECLD das faturas. A variação da PPECLD no ano de 2022 foi impactada pela reversão da emissão do FIDC além de efeitos da vedação ao corte de energia durante o período de Abr/21 a Jul/21 com reflexos em 2022, totalizando R\$153,5 milhões, ou seja, 99,1% maior que em 2021. Entretanto, importante mencionar os efeitos extraordinários da reversão de provisões e PPECLD quando da emissão do FIDC no 1T21, cujo efeito representou reversão de R\$ 97,8 milhões no EBITDA.

5. Lucro líquido e EBITDA

No trimestre, o lucro líquido foi de R\$ 227,3 milhões, aumento de 74,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	Var. R\$	2022	2021 (reapresentado)	Var. %	Var. R\$
(=) Lucro líquido do período	227,3	130,3	+ 74,5	97,1	1.190,7	1.015,5	+ 17,2	175,2
(-) VNR	65,8	108,2	- 39,2	(42,5)	204,1	299,2	- 31,8	(95,1)
(=) Lucro líquido ajustado	161,5	22,0	+ 633,0	139,5	986,6	716,4	+ 37,7	270,3
Efeitos não recorrentes	55,8	82,5	- 32,3	(26,6)	-	61,9	-	(61,9)
(+) Receita não-faturada ⁽¹⁾	55,8	82,5	- 32,3	(26,6)	-	-	-	-
(-) FIDC	-	-	-	-	-	61,9	-	(61,9)
(=) Lucro líquido ajustado recorrente	217,4	104,5	+ 108,0	112,9	986,6	654,5	+ 50,8	332,2

(1) Estes valores referem-se aos ajustes do 1º, 2º e 3º trimestres de cada exercício. O total de ajuste de reapresentação do exercício de 2021 foi de R\$ 117,8 milhões conforme Nota Explicativa 3.3.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Desconsiderando os efeitos não recorrentes e não caixa detalhados na tabela acima, o lucro líquido ajustado recorrente do trimestre seria de R\$ 217,4 milhões, R\$ 112,9 milhões acima do registrado no mesmo período do ano anterior. No acumulado de 2022, o lucro líquido ajustado recorrente seria de R\$ 654,5 milhões, 50,8% maior em relação ao mesmo período do ano anterior.

O EBITDA totalizou R\$ 448,5 milhões no trimestre, aumento de 48,1% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Em 2022, o crescimento foi de 19,5% em relação a 2021, totalizando R\$ 2.120,5 milhões.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	Var. R\$	2022	2021 (reapresentado)	Var. %	Var. R\$
(=) EBITDA	448,5	302,8	+ 48,1	145,6	2.120,5	1.775,0	+ 19,5	345,6
(-) VNR	77,6	127,7	- 39,2	(50,1)	240,8	353,0	- 31,8	(112,2)
(=) EBITDA ajustado	370,8	175,1	+ 111,8	195,7	1.879,8	1.422,0	+ 32,2	457,8
Efeitos não recorrentes	58,9	97,6	- 39,7	(38,7)	-	93,8	-	(93,8)
(+) Receita não-faturada ⁽¹⁾	58,9	97,6	- 39,7	(38,7)	-	-	-	-
(-) FIDC	-	-	-	-	-	93,8	-	(93,8)
(=) EBITDA ajustado recorrente	429,7	272,7	+ 57,6	157,0	1.879,8	1.328,2	+ 41,5	551,6

(1) Estes valores referem-se aos ajustes do 1º, 2º e 3º trimestres de cada exercício. O total de ajuste de reapresentação do exercício de 2021 foi de R\$ 139,5 milhões conforme Nota Explicativa 3.3.

Desconsiderando os efeitos não recorrentes e não caixa detalhados na tabela acima, o EBITDA ajustado recorrente do trimestre seria de R\$ 429,7 milhões, R\$ 157,0 milhões maior que o mesmo período do ano anterior. No acumulado de 2022, o EBITDA ajustado recorrente seria de R\$ 1.328,2 milhões, 41,5% maior em relação ao mesmo período do ano anterior.

6. Estrutura de capital

6.1. Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais em 2022, totalizou R\$ 850,7 milhões em dezembro, frente aos R\$ 812,9 milhões registrados em setembro. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA)⁽¹⁾, que apresentaram montantes positivos de R\$ 78,2 milhões em dezembro, contra R\$ 163,0 milhões em setembro de 2022.

Em 2022, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 4.150,4 milhões em dezembro, contra R\$ 3.883,1 milhões em setembro.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

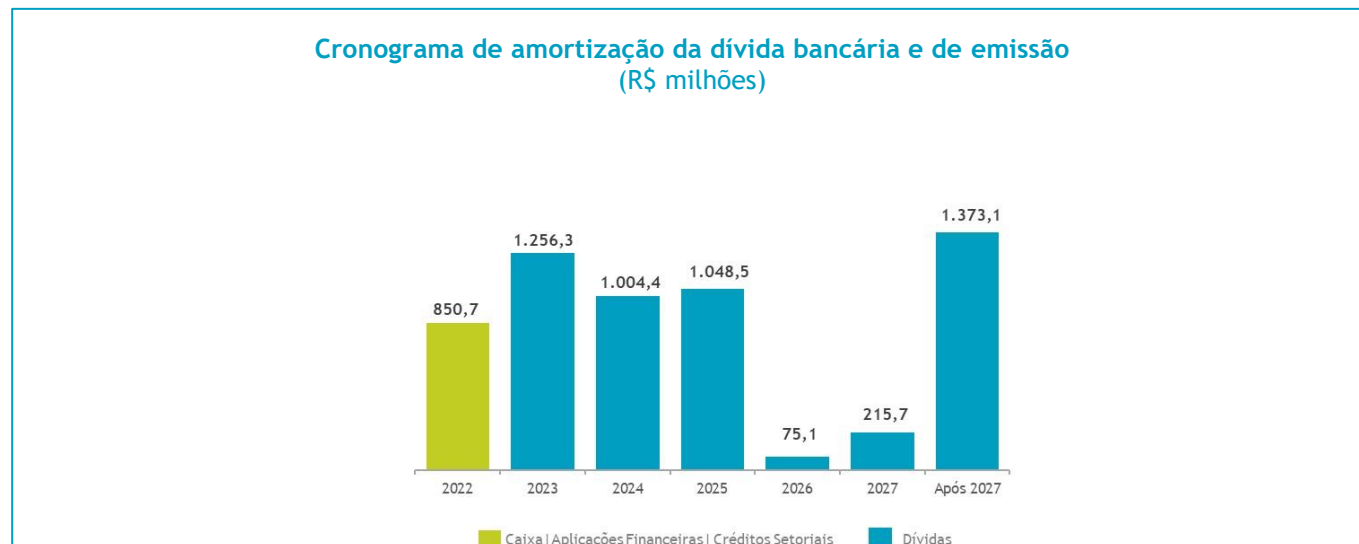
Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2022	30/09/2022	30/06/2022
Circulante	1.438,6	1.534,3	1.034,3
Empréstimos e financiamentos	771,8	935,9	646,7
Debêntures	457,7	508,2	225,6
Encargos de dívidas	26,8	15,4	20,6
Benefícios pós-emprego	13,6	12,8	12,8
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	168,7	62,0	128,5
Não Circulante	3.562,4	3.161,7	3.688,3
Empréstimos e financiamentos	2.137,6	1.686,7	2.005,6
Debêntures	1.579,1	1.573,0	1.870,9
Benefícios pós-emprego	92,1	100,6	97,4
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(246,4)	(198,6)	(285,6)
Total das dívidas	5.001,0	4.696,0	4.722,6
(-) Disponibilidades financeiras	772,5	650,0	893,1
✓ Caixa e equivalentes de caixa	154,9	63,1	61,3
✓ Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	617,6	586,9	831,8
Total das dívidas líquidas	4.228,5	4.046,0	3.829,5
(-) Créditos CDE	91,6	80,8	63,0
(-) Créditos CCC	84,0	32,0	41,3
(-) Créditos CVA ⁽¹⁾	(97,4)	50,1	194,2
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	4.150,4	3.883,1	3.531,1

(1) Esses créditos se referem aos ativos e passivos financeiros setoriais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6.2. Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:



7. Investimentos

A composição dos investimentos no trimestre foi a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
Ativo elétrico	156,7	165,8	- 5,5	895,8	579,7	+ 54,5
Obrigações especiais ^(*)	140,7	5,9	+ 2.286,8	188,0	4,3	+ 4.299,0
Ativo não elétrico	13,0	4,6	+ 180,7	35,8	12,0	+ 199,1
Total dos investimentos	310,3	176,4	+ 76,0	1.119,6	595,9	+ 87,9

^(*) As "Obrigações especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a base de remuneração regulatória da distribuidora.

8. Dividendos

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 15 de março de 2023, aprovou a distribuição de dividendos intercalares nos resultados alcançados pela Companhia em 2022, no montante de R\$366,7 milhões, equivalentes a R\$1,6748165765079700 por ação ordinária e preferencial do capital social. Os dividendos serão pagos em 29 de março de 2023 e farão jus aos acionistas da Companhia detentores de ações em 20 de março de 2023, respeitadas as negociações em Bolsa até essa data.

9. Gestão de pessoas

A Energisa Mato Grosso contabilizava um total de 3.324 colaboradores, sendo 2.434 empregados diretos e 890 parceiros contratados de terceiros. A empresa busca a evolução constante do ambiente de trabalho oferecido a seus colaboradores que são foco constante de ações para capacitação, análise de desempenho e valorização. Em 2022, o processo de avaliação de desempenho passou a se chamar Ciclo de Carreira e Desenvolvimento, com um acompanhamento mais estruturado da performance, das entregas e do planejamento profissional de cada colaborador.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A empresa investe no desenvolvimento profissional das equipes de campo a futuros líderes e liderança. Em 2022, foram promovidas a média de 33 horas de treinamento por empregado de cargos operacionais, 13 horas em áreas administrativas e 17 horas em cargos gerenciais. Estes líderes participaram de um processo de formação e aprimoramento com foco nos comportamentos alinhados aos valores Energisa.

Através da ferramenta Pulses, desde 2021 são realizados levantamentos quinzenais que orientam o desenvolvimento das ações de atração e retenção, como políticas de remuneração, planejamento de carreira e benefícios. Buscando assim a garantia de um ambiente de trabalho saudável para toda a empresa.

10. Saúde e segurança

E, diante do Valor VIDA, a Energisa Mato Grosso reafirma o seu compromisso com a prevenção e promoção à saúde integral dos seus colaboradores e dependentes, através de adoção de melhores práticas e ações diversas.

Entre os destaques, está o Programa Viva Energia, que conta com o modelo de três pilares de atuação: Saúde Ocupacional, Saúde Assistencial e Qualidade de Vida. E, por meio deles, o cronograma de ações é realizado seguindo o plano da Organização Mundial da Saúde (OMS). O objetivo principal é diagnosticar e tratar rapidamente as questões que afetam a saúde dos seus colaboradores. Os programas que fazem parte do guarda-chuva do Viva Energia são: programas de gestantes, para pacientes com doenças crônicas, para transtornos emocionais, campanha de vacinação de gripe, entre outros.

A Energisa conta, também, com uma Política de Saúde e Segurança Ocupacional (SSO) que abrange todos os níveis do Grupo e é a principal referência da gestão desse tema. O respeito às suas diretrizes visa garantir a conformidade com todos os requisitos legais de SSO e a construção e disseminação de iniciativas eficazes de proteção à saúde, prevenção de acidentes e procedimentos para casos de emergências.

A taxa de frequência de acidentes da força de trabalho (empregados próprios mais terceiros) foi de 2,98 (0,99 em 2021) e a taxa de gravidade passou de 673,27, em 2021, para 2.800,60.

11. Responsabilidade socioambiental

A aproximação com a sociedade local, por meio de ações culturais e de manifestação dos valores regionais, está entre os compromissos da Energisa Mato Grosso. Assim, a Companhia investe em ações de incentivo à produção cultural e à preservação da memória em suas áreas de concessão, de forma a impulsionar a economia criativa onde atua.

Em 2022, a Energisa Mato Grosso destinou R\$ 600 mil de incentivo direto, para iniciativas com impacto social nas frentes de educação, cultura e esporte, já em recursos incentivados a destinação foi de R\$ 2,7 milhões.

A Energisa Mato Grosso foi reconhecida novamente em 2022 como Empresa Socialmente Responsável pelo Instituto Desportivo da Criança, que atende crianças e adolescentes da rede pública de ensino, entre 8 e 16 anos. A entidade promove esporte educacional e educação musical no contraturno escolar, com ênfase em disciplina, responsabilidade e autonomia, com o objetivo de ampliar o desempenho escolar, afastar a ociosidade e fortalecer a rede social.

11.1. Eficiência energética

A Companhia investiu R\$ 23,3 milhões em 2022 em projetos de eficiência energética, que beneficiaram 9.915 unidades consumidoras e permitiram economizar 14.406 MWh/ano, energia suficiente para abastecer durante 12 meses aproximadamente 5,6 mil residências com consumo médio mensal de 200 kWh.

O Programa de Eficiência Energética (PEE) é apoiado pelo projeto Nossa Energia, um conjunto de iniciativas para o combate ao desperdício de energia em comunidades de baixa renda, além de realizar projetos que beneficia órgãos públicos e hospitais, estimulando o consumo consciente. As ações realizadas visam modernizar os mais variados usos finais de energia, que contam com a substituição de lâmpadas, luminárias e outros equipamentos obsoletos (como refrigeradores e aparelhos de ar-condicionado, implantação de geração solar).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Além dos investimentos para modernização dos sistemas, são realizadas ações como palestras sobre o uso racional da energia elétrica, conscientização de pessoas por meio de difusão e multiplicação de dicas de economia de energia, sejam para escolas e alunos bem como as pessoas atendidas com substituição de lâmpadas, todos os equipamentos substituídos e as lâmpadas foram descartadas, após rigoroso processo de separação e descontaminação, contribuindo para a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais.

Em parceria com as prefeituras dos municípios do estado de Mato Grosso foram desenvolvidas iniciativas de projeto Energia em Foco, que beneficiou os municípios de Salto do Céu, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Campo Verde, Diamantino, Cuiabá, Cláudia, Rio Branco, São José dos Quatro Marcos, Juscimeira, Colíder, Jaciara, Campo Novo do Parecis, Juara, Sinop, Guarantã do Norte, Itaúba, Itiquira, Brasnorte, Colniza, Nova Ubiratã e Pedra Preta, foram substituídos 4.818 pontos de iluminação pública para LED, com economia estimada de 5.327 MWh/ano, o suficiente para abastecer 2.200 residências que consomem 2.400 kWh por ano.

Ainda com relação ao projeto Energia em Foco em 2022 houve a conclusão das obras de eficiência energética em Escolas, Institutos e Universidades, Unidades de Saúde, Órgãos Públicos Municipais e Estaduais, tanto na capital bem como em diversas outras cidades do interior do Estado, além obras em instituições de saúde localizadas em (Nova Mutum e Rondonópolis, Cuiabá), cujo projeto contemplou a Eficientização dos sistemas de iluminação, modernização dos equipamentos de ar condicionado e ainda a instalação de usinas de geração solar fotovoltaica, cuja a estimativa de economia é de 4.805,73 MWh/ano.

11.2. Iniciativas socioculturais

Em 2022, quatrocentos e doze (412) clientes foram atendidos através do Programa “Mais Luz para a Amazônia - MLpA”, recebendo energia através da instalação de sistema fotovoltaicos individuais. Estes clientes se encontram isolados ou muito distantes do sistema de distribuição, impossibilitando o atendimento pelo método convencional. Grande parte dos clientes atendidos no MLpA são comunidades e povos tradicionais (indígenas, ribeirinhos e outros) do Estado de Mato Grosso.

Em parceria com o Poder Judiciário de Mato Grosso, a Companhia patrocina o Projeto Verde Novo, que tem como objetivo intensificar a distribuição de mudas de árvores nativas. Apóia ainda para Associação Cultural Flor Ribeirinha, que trabalha há mais de 24 anos no resgate, manutenção e difusão da cultura popular, sobretudo o Siriri e Cururu, bem como outras formas de expressão da cultura regional em todo o Estado de Mato Grosso.

11.3. Iniciativas ambientais

Apoiada por uma Política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança, a Energisa Mato Grosso assegura uma convivência responsável com o meio ambiente do entorno das operações, com uso racional dos recursos naturais e melhoria contínua no desempenho ambiental. A empresa conta com uma área de Meio Ambiente, responsável pelos processos de gestão e de licenciamento dos empreendimentos, e utiliza sistema de gestão elaborado com base na norma ISO 14001.

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações com o apoio de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais destacam-se:

Energia: Implantação do Projeto de Consumo Consciente para ampliar a economia de energia. Inclui campanhas destinadas aos colaboradores relativas ao uso consciente, por meio de cartilhas e divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores). Medidas de economia incluem funcionamento de ar-condicionado entre 7h30 e 18h, com temperatura limitada a 20°; desligamento de iluminação de fachadas, letreiros e jardins; sensores de presença em banheiros e vestiários; uso de lâmpadas LED, mais eficientes.

Mudanças climáticas: A Energisa tem como ambição ser protagonista na transformação energética e alcançar a neutralidade nas emissões de carbono até 2050, por meio de investimentos em projetos de eficiência energética, desligamento de usinas termelétricas, priorização de fontes renováveis na comercialização e de ações para a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE). Por meio do Projeto NetClima, a empresa acompanha as condições climáticas em tempo real, podendo fazer as previsões para preparar o time em regiões que poderão sofrer tempestades.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Emissões de gases de efeito estufa: Em 2022 o Grupo Energisa publicou o segundo inventário de GEE, de acordo com a metodologia do GHG Protocol referente ao ano de 2021 e foi certificado com o Selo Ouro do GHG Protocol pelo inventário publicado após auditoria. A certificação corresponde ao nível mais alto de qualificação concedido às empresas que demonstram o atendimento de todos os critérios de transparência na publicação de seu inventário de gases de efeito estufa. Com interligação ao Sistema Integrado Nacional em 2022, descomissionamos a UTE Colniza a última usina a diesel que ainda operava em sistema isolado da Companhia com redução de 5 mil ton/ano de gases efeito estufa.

Biodiversidade: Em 2022, a EMT adquiriu mais de 17 mil metros cúbicos de madeira em crédito de reposição florestal de reflorestadores no Estado. A aquisição de créditos de reposição florestal fomenta o plantio de florestal e diminui a pressão sob as florestas nativas para o consumo madeireiro.

Resíduos: A EMT em 2022, através do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir), faz o inventário de geração e destinação final de resíduo. No ano, o volume de resíduos sólidos foi de 196 toneladas. A Companhia possui procedimento para a destinação de lâmpadas de vapor de sódio, vapor de mercúrio e fluorescente existentes em suas instalações próprias. Os resíduos são destinados por empresas especializadas e devidamente licenciadas. Ocorre regeneração de óleos isolantes utilizados em equipamentos e recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização desse material e evitando a poluição do meio ambiente. A realização de análises em amostras de óleo isolante, verificando-se a não existência de indícios de ascarel e/ou de impurezas, de forma a eliminá-los dos equipamentos da empresa, ratificando, assim, o cumprimento dos requisitos legais.

12. Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para prestação de serviços para revisões de informações trimestrais e exame das demonstrações financeiras da Companhia em 2022 foi de R\$ 235 mil.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

13. Eventos subsequentes

13.1 Bandeira tarifária

A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira Verde a serem aplicadas para os meses de janeiro a março de 2023, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

13.2 Retirada de patrocínio de planos de previdências

Em 31 de janeiro de 2023 a Companhia solicitou à Fundação Energisa de Previdência - EnergisaPrev a retirada de patrocínio do plano de benefício Plano R, em face ao reduzido número de participantes remanescentes no plano, após os movimentos de migração concluídos em 2022, tornando-os inviáveis em termos de custeio administrativo.

13.3 Decisão do STF sobre “coisa julgada” em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo pela perda de efeitos das decisões individuais transitadas em julgado quando, em controle de constitucionalidade, ocorrer mudança do entendimento da corte em julgamento de temas tributários. Avaliando as decisões judiciais com trânsito em julgado, a Companhia não identificou casos em que houve modificação de entendimento pelo Supremo Tribunal Federal, para a data base de 31 de dezembro de 2022.

13.4 Empréstimos Contratados

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 30 de janeiro 2023 a Companhia, captou junto a instituição financeira a importância de R\$300.000, correspondente a USD58.823 dólares americanos, com remuneração de SOFR + 0,80% ao ano, com vencimento em 30 de janeiro de 2026. Foi contratado swap a taxa de CDI + 1,50% ao ano, retirando o risco cambial da operação.

Em 09 de março 2023 a Companhia captou junto a instituição financeira a importância de R\$230.000, correspondente a USD44.264 dólares americanos, com remuneração de 5,365 ao ano, com vencimento em 09 de março de 2026. Foi contratado swap a taxa de CDI + 1,57% ao ano, retirando o risco cambial da operação.

13.5 Dividendos do exercício de 2022

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 15 de março de 2023, aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta do lucro do exercício de 2022, no montante de R\$366.689, equivalentes a R\$1,67481657650797 por ação ordinária e preferencial do capital social. Os pagamentos serão efetuados no dia 29 de março de 2023, com base na posição acionária do dia 20 de março de 2023, respeitadas as negociações deste dia, inclusive.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia” ou “EMT”), é uma sociedade por ações de capital aberto, com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM desde 25 de outubro de 1994. A Companhia atua como concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Rede Energia Participações S/A (“REDE”), e possui sede na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso. Sua área de concessão abrange todo o Estado de Mato Grosso, atendendo 1.598.488 consumidores em 141 municípios.

1.1. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica:

Em 11 de dezembro de 1997, foi outorgado à Companhia concessão para distribuição de energia elétrica em 141 municípios no Estado de Mato Grosso, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão foi homologado junto à ANEEL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, a critério do Poder Concedente.

A Companhia operava a Usina Termelétrica Guariba, localizada no município de Colniza, com capacidade instalada e utilizada de 2,45 MW, tendo entrado em operação em 11 de junho de 2007. Em 28 de agosto de 2022 a UTE Guariba foi desligada e o sistema que a mesma supria foi interligado ao Sistema Interligado Nacional - SIN, encerrando o atendimento por meio de sistema isolado na área de concessão da EMT.

O contrato de concessão de do serviço público distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

- I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;
- II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;
- III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;
- IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;
- V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;
- VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e
- VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas e Energia - MME.

As informações referentes a reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual - infraestrutura em construção e

Notas Explicativas

receita de construção da infraestrutura, estão apresentadas nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14, e 26, respectivamente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2023.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 32.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I - Nota explicativa nº 6 - Consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada) e Provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa;
- II - Nota explicativa nº 9 - Ativos e passivos financeiros setoriais;
- III - Nota explicativa nº 12 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente;
- IV - Nota explicativa nº 13 - Ativo financeiro indenizável da concessão;
- V - Nota explicativa nº 15 - Imobilizado;
- VI - Nota explicativa nº 16 - Intangível;
- VII - Nota explicativa nº 23 - Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal e regulatório;
- VIII - Nota explicativa nº 27 - Custos e despesas operacionais;
- IX - Nota explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e
- X - Nota explicativa nº 33 - Benefícios pós-emprego.

Notas Explicativas

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Principais políticas contábeis

a. **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

b. Instrumentos financeiros e operações de hedge

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Notas Explicativas

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas

Notas Explicativas

variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas - nota explicativa nº 2.3;
- Consumidores e concessionárias - nota explicativa nº 6; e
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos - nota explicativa nº 32.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de créditos esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de créditos esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de créditos esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perdas de créditos esperadas de 12 meses). Para as exposições de créditos para as quais houve um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de créditos esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de consumidores e concessionárias e o ativo de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de créditos esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de créditos esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de créditos, como métrica para a mensuração das perdas esperadas, condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia para cálculo final das perdas esperadas.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2022, compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivo financeiro ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos:

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em *Swap*, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designados em uma contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*:

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como *hedge* de valor justo. No início da operação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*. A nota explicativa nº 32, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de “*hedge*”, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de “*hedge*”). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de “*hedge*”.
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.
- O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Notas Explicativas

Os *hedges* que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de *hedge* são registrados conforme descrito abaixo:

Hedges de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecida na demonstração do resultado como despesas financeiras. A mudança no valor justo do item objeto de *hedge* atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício como despesas financeiras.

Para *hedges* de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do “*hedge*”, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de *hedge* for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado;

- c. **Consumidores e concessionárias** - inclui, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PPECLD) é constituída utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

- d. **Estoques** - estão valorizados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- e. **Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão;
- f. **Ativo financeiro indenizável da concessão** - corresponde ao contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder Concedente e a Companhia, no qual estabelecem e determinam para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão para as Distribuidoras, está atendido de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica.

Notas Explicativas

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde, para o segmento de distribuição, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras de energia elétrica, bem como, é reconhecida a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, expectativa de glosas baseado na experiência da Administração e no histórico de glosas observadas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº 13;

- g. **Ativo contratual - Infraestrutura em construção** - o ativo contratual é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão ("ICPC 01"), devem ser classificados como ativo contratual em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para o ativo intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão;
- h. **Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação:

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

- i. **Intangível** - compreendem, principalmente, os ativos referentes ao contrato de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável;
- j. **Arrendamentos:** os contratos são avaliados, se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

- Ativos de direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e

Notas Explicativas

perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

- k. **Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20);

l. Redução a valor recuperável

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso - tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- (i) **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

Notas Explicativas

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas que por sua vez são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia

Os testes de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2022 e 2021, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

- m. **Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;
- n. **Derivativos** - os instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado do exercício. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 32;
- o. **Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago às autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado do exercício a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil no ano. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros.

A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 2022, não há incertezas quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurado pela Companhia;

- p. **Incentivos fiscais SUDAM e de reinvestimentos** - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos são reconhecidos no resultado do exercício e destinados à Reserva de lucros - reserva de Incentivos fiscais de imposto de renda, na qual são mantidos até sua capitalização (vide nota explicativa nº 12);
- q. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- r. **Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;

Notas Explicativas

- s. **Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até a sua efetiva aprovação;
- t. **Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção da infraestrutura, receita de disponibilidade do uso dos sistemas de transmissão e distribuição (TUSD), suprimento de energia a concessionária (venda de energia na CCEE), receita de constituição e amortização - CVA ativa e passiva e outras receitas operacionais relacionadas aos serviços prestados

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida quando a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal através da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês.

A receita de construção da infraestrutura corresponde às receitas e custos apurados durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos.

As receitas de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUST e TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e de consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativas da Administração. A receita de constituição e amortização de CVA ativa e passiva e outros itens componentes é reconhecida no resultado do exercício, quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

As receitas com subvenções governamentais vinculadas ao serviço concedido somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos. São registradas no resultado do exercício em que a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários.

Notas Explicativas

- u. **Benefícios pós-emprego** - a Companhia oferece aos seus colaboradores planos de benefícios previdenciários, assistência médica-hospitalar e outros benefícios pós-emprego. Os planos de benefícios para suplementação de aposentadoria e pensões são classificados nas modalidades benefício definido (BD) e contribuição definida (CD). O valor presente das obrigações dos planos de benefício definido é calculado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado, com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, variação dos benefícios, expectativa de vida, e outras variáveis. A taxa de desconto é o rendimento observado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Na modalidade de benefício definido quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. Quando o cálculo atuarial resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Na modalidade de contribuição definida, no qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

A Companhia participa do custeio dos planos de assistência médica-hospitalar aos seus empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes, líquido de tributos, diretamente no patrimônio líquido.

- v. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e
- w. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de Seguros.	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante.	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 - Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis.	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 - Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 3	Referência à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022
IAS 37	Contrato oneroso	1º de janeiro de 2022
IAS 16/CPC 27	Imobilizado	1º de janeiro de 2022
IAS 2 CPC 16	Estoque	1º de janeiro de 2022
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-2020	Melhorias IFRS 1/CPC 37, IFRS 9/CPC 48, IFRS 16/CPC 06 (R2) e IAS 41/CPC 29	1º de janeiro de 2022

Notas Explicativas

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.3. Reapresentação de exercícios anteriores

A Administração da Companhia procedeu a correção de determinados valores, com efeitos retroativos, que resultou na reapresentação dos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2021 e 01 de janeiro de 2021, e das demonstrações da mutação do patrimônio líquido, do resultado, do resultado abrangente, do valor adicionado e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, originalmente emitidas em 16 de março de 2022, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", conforme segue:

- (a) correção do cálculo na apuração dos valores contábeis do fornecimento de energia não faturado; e
- (b) apuração do imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os efeitos do assunto (a) acima.

Balço patrimonial	Divulgado 2021	Ajustes	2021 (reapresentado)	Divulgado 2020	Ajustes	01/01/2021 (reapresentado)
Ativo						
Consumidores e concessionárias (a)	1.582.323	(287.598)	1.294.725	1.241.857	(132.314)	1.109.543
Tributos a recuperar (b)	177.304	40.158	217.462	128.263	18.483	146.746
Ativo circulante	3.202.343	(247.440)	2.954.903	3.648.429	(113.831)	3.534.598
Ativo Total	11.289.842	(247.440)	11.042.402	9.466.313	(113.831)	9.352.482
Passivo						
Impostos e contribuições sociais (b)	227.498	(26.603)	200.895	214.406	(12.239)	202.167
Encargos setoriais (a)	105.840	(1.499)	104.341	60.932	(690)	60.242
Passivo circulante	2.590.132	(28.102)	2.562.030	2.518.733	(12.929)	2.505.804
Encargos setoriais (a)	32.040	(1.085)	30.955	54.388	(499)	53.889
Passivo não circulante	5.822.365	(1.085)	5.821.280	4.166.917	(499)	4.166.418
Prejuízos acumulados (a) e (b)	-	(218.253)	(218.253)	-	(100.403)	(100.403)
Patrimônio Líquido (a) e (b)	2.877.345	(218.253)	2.659.092	2.780.663	(100.403)	2.680.260
Passivo Total	11.289.842	(247.440)	11.042.402	9.466.313	(113.831)	9.352.482

Demonstração do Resultado do Exercício	Divulgado 2021	Ajustes	2021 (reapresentado)
Receita operacional líquida (a)	7.323.266	(139.525)	7.183.741
Lucro bruto (a)	2.034.182	(139.525)	1.894.657
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos (a)	1.682.125	(139.525)	1.542.600
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.378.967	(139.525)	1.239.442
Imposto de renda e contribuição social corrente (b)	(118.592)	21.959	(96.633)
Imposto de renda e contribuição social diferido (b)	(126.980)	(284)	(127.264)
Lucro líquido do exercício (a) e (b)	1.133.395	(117.850)	1.015.545
Lucro básico e diluído ação preferencial - R\$	5,34430	(0,55570)	4,78860
Lucro básico e diluído ação ordinária - R\$	4,85845	(0,50518)	4,35327

Demonstração do Resultado Abrangente	Divulgado 2021	Ajustes	2021 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício (a) e (b)	1.133.395	(117.850)	1.015.545
Total de outros resultados abrangentes do exercício	1.164.549	(117.850)	1.046.699

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Divulgado 2021	Ajustes	2021 (reapresentado)
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021 (a) e (b)	2.780.663	(100.403)	2.680.260
Lucro líquido do exercício (a) e (b)	1.133.395	(117.850)	1.015.545
Total do patrimônio líquido (a) e (b)	2.877.345	(218.253)	2.659.092

Notas Explicativas

Demonstração do Valor Adicionado	Divulgado 2021	Ajustes	2021 (reapresentado)
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços (a)	10.208.983	(155.285)	10.053.698
Valor adicionado bruto	5.277.619	(155.285)	5.122.334
Valor adicionado líquido	5.045.229	(155.285)	4.889.944
Valor adicionado total a distribuir	5.554.491	(155.285)	5.399.206
Distribuição do valor adicionado:			
Impostos, taxas e contribuições			
Federais (b)	700.917	(36.040)	664.877
Obrigações intrasetoriais (a)	686.950	(1.395)	685.555
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízos acumulados (a) e (b)	-	(117.850)	(117.850)

Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgado 2021	Ajustes	2021 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício (a) e (b)	1.133.395	(117.850)	1.015.545
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (b)	245.572	(21.675)	223.897
(Aumento) de consumidores e concessionárias (a)	(515.369)	155.284	(360.085)
Aumento de impostos e contribuições sociais (b)	112.176	(14.364)	97.812
(Diminuição) aumento de outras contas a pagar (a)	28.717	(1.395)	27.322

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 141 municípios do Estado do Mato Grosso, e sua demonstração do resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1. Caixa e equivalente de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2022 equivale a 91,8% do CDI (85,0% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	78.356	61.274
Aplicações financeiras de liquidez imediata		
Operações compromissadas	76.544	16.000
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante ⁽¹⁾	154.900	77.274

⁽¹⁾ As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: fundos de renda fixa, notas do tesouro nacional, CDB's, LFT, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2022 equivale a 100,3% do CDI (115,0% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

	2022	2021
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Certificados de Depósito Bancário (CDB's)	7.467	40.066
Fundos de investimentos ⁽¹⁾	9.902	182
Fundo de investimentos exclusivos ⁽²⁾		
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	6.050	179
Certificados de Depósito Bancário (CDB's)	-	1.424
Fundo de Renda Fixa	392.883	70.230
Compromissadas	13.313	-
Fundo Multimercado	24.066	2.336
Letra financeira do Tesouro (LFT)	17.669	71.513
Letra financeira (LFPN)	2.951	-
Letra financeira (LF)	50.024	26.249
Letra financeira (LFP)	-	281
Letra Tesouro Nacional (LTN)	2.491	4.425
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	45.464	50.818
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	3.462	2.324
Fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) ⁽³⁾	41.847	56.729
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽⁴⁾	617.589	326.756
Circulante	575.742	270.027
Não circulante	41.847	56.729

⁽¹⁾ Fundos de Investimentos - inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de -31,4% a 112,1% e média ponderada -19,7% do CDI (163,2% a 170,5% em 31 de dezembro de 2021).

⁽²⁾ Fundos de investimentos exclusivos (fundos de investimentos exclusivos do Grupo Energisa) - inclui aplicações em CCB, CDB, Fundos de Renda Fixa, Compromissadas, Fundo Multimercado, LFT, LFPN, LF, LFP, LTN, NTNB e NTNF são remuneradas 108,1% do CDI Fundo BTG Zona da Mata, (107,0% em 2021) do CDI Fundo FI Energisa, 108,1% (107,0% em 2021) do CDI Fundo BTG Zona da Mata, 101,2% do CDI Fundo MAG Zona da Mata, (138,0% em 2021), 102,9% do CDI Fundo BB Energisa e 98,1% do CDI Fundo Cataguases, (117,3% em 31 de dezembro de 2021).

⁽³⁾ Fundo de investimentos em direitos creditórios - refere-se ao FIDC Energisa Centro Oeste com vencimento em 01/10/2034.

⁽⁴⁾ Inclui, R\$50.185 (R\$97.002 em 2021) referente a recursos vinculados a fundo de investimento em direitos creditórios, Programa Luz para todos, bloqueios judiciais e outros, conforme segue:

Recursos vinculados	2022	2021
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC	41.847	56.729
Programa Luz para todos	7.325	39.236
Bloqueios judiciais	345	304
Outros	668	733
Total	50.185	97.002

6. Consumidores e concessionárias

Englobam, o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros. A energia elétrica não faturada é apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data do encerramento da última leitura e a data das demonstrações financeiras.

	Saldo a vencer		Saldo vencido				PPECLD ⁽³⁾	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		2022	2021 (reapresentado)
Valores correntes:									
Residencial	146.131	-	182.861	37.092	6.706	15.386	(66.642)	321.534	327.011
Industrial	47.237	-	24.128	3.132	4.381	27.521	(27.539)	78.860	81.154
Comercial	67.416	-	37.573	6.894	7.124	25.090	(33.094)	111.003	139.489
Rural	64.555	-	28.629	8.822	11.257	9.524	(9.727)	113.060	122.452
Poder público	34.970	-	5.101	649	559	6.351	(6.520)	41.110	40.699
Iluminação pública	20.058	-	571	52	207	2.209	(2.550)	20.547	27.904

Notas Explicativas

Serviço público	14.328	-	7.359	4.461	8.198	65.144	(75.594)	23.896	17.452
Fornecimento não faturado	474.213	-	-	-	-	-	(1.778)	472.435	381.599
Arrecadação Processo Classificação	8.709	-	-	-	-	-	-	8.709	14.676

Valores renegociados:

Residencial	14.296	28.721	13.618	9.321	8.904	44.079	(77.573)	41.366	73.732
Industrial	5.517	13.556	1.956	925	1.813	5.542	(13.781)	15.528	10.343
Comercial	4.102	33.905	3.522	2.289	2.688	14.578	(33.404)	27.680	23.735
Rural	3.296	6.271	2.157	1.329	1.624	3.740	(9.390)	9.027	9.353
Poder público ⁽¹⁾	8.743	89.915	319	-	-	1.129	(1.129)	98.977	102.248
Iluminação pública	2.247	12.742	137	15	-	73	(88)	15.126	11.648
Serviço público	32	103	300	310	98	3.277	(3.974)	146	669
(-) Ajuste a valor presente ⁽²⁾	(858)	(44.408)	-	-	-	-	-	(45.266)	(38.586)
Subtotal - consumidores	914.992	140.805	308.231	75.291	53.559	223.643	(362.783)	1.353.738	1.345.578
Suprimento Energia ⁽⁴⁾	15.573	-	-	-	-	-	-	15.573	56.665
Outros ⁽⁵⁾	8.003	-	-	-	-	776.744	(84.516)	700.231	498.515
Total	938.568	140.805	308.231	75.291	53.559	1.000.387	(447.299)	2.069.542	1.900.758
Circulante								1.270.661	1.294.725
Não Circulante								798.881	606.033

⁽¹⁾ **Valores renegociados - poder público** - inclui R\$82.329 (R\$85.349 em 2021), referente a renegociação realizada em 03 de agosto de 2016 em que foi assinado com a Companhia de Saneamento da Capital (SANECAP) o Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas referente a fornecimento de energia elétrica, líquido de juros, correção monetária e multas, que está sendo recebido em parcelas equivalentes a 50% do valor pago mensalmente pela Companhia de Saneamento para o Município de Cuiabá, iniciada em 31 de dezembro de 2016. Sobre o saldo devedor incide juros de 0,5% ao mês limitado ao valor da parcela da outorga até o final da concessão da SANECAP (abril/2042).

⁽²⁾ **Ajuste a Valor Presente** - calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado taxa de mercado.

⁽³⁾ **Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD)** - a provisão é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração.

Segue as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

	2022	2021
Saldo em 2021 e 2020	431.724	451.547
Provisões liquidas constituídas no exercício	153.513	57.495
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(130.167)	(77.318)
Saldo em 2022 e 2021	455.070	431.724

Alocação:

Consumidores e concessionárias	447.299	420.433
Títulos de créditos a receber	1.625	1.625
Outros créditos (vide nota explicativa nº 10)	6.146	9.666

⁽⁴⁾ Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Composição do saldo da CCEE	2022	2021
Créditos a vencer	15.573	56.665
Sub-total créditos CCEE	15.573	56.665
(-) Aquisições de energia na CCEE ^(*)	(24.031)	(38.050)
(-) Encargos de serviços do sistema ^(*)	(543)	(160.103)
Total débitos CCEE	(9.001)	(141.488)

(*) vide nota explicativa nº 17

⁽⁵⁾ **Outros** - inclui serviços taxados e outros valores a receber e/ou a pagar aos consumidores, e os principais itens são:

ICMS incidente sobre a TUSD: inclui R\$509.102 (R\$397.982 em 2021), referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares. Em contrapartida o valor é contabilizado na rubrica de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS em impostos e contribuições sociais no passivo não circulante (vide nota explicativa nº 20).

ICMS Demanda: inclui R\$81.191 de ICMS incidente sobre a demanda de energia decorrentes de autuações do Estado sob o argumento de que a Companhia cumpriu de forma equivocada as decisões que eximiu alguns clientes de recolher o ICMS. Em 23 de setembro de 2021 a Companhia firmou o Termo de Acordo Extrajudicial -TAE com o Estado, resultando no pagamento, a vista, do débito integral com a adesão ao REFIS. A Companhia irá ingressar com medidas administrativas e judiciais para a recuperação dos valores pagos, para regresso contra os consumidores que efetivamente se beneficiaram das decisões judiciais pelo não recolhimento do ICMS. A Administração tem constituído

Notas Explicativas

provisão de perdas esperadas de R\$81.191 em face de que a realização do ativo se dará por eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Companhia.

ICMS Geração Distribuída: parcela do ICMS incidente sobre os encargos de conexão ou uso do sistema de distribuição, utilizados pelos consumidores de geração distribuída (GD) no valor de R\$101.809 deduzido de provisão de perdas esperada estimada em R\$2.192. A realização do ativo se dará pela cobrança dos valores a serem efetuados junto aos consumidores, por meio das faturas de energia elétrica.

7. Tributos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuados a maior, que são recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com forma prevista na legislação vigente aplicável.

	2022	2021 (reapresentado)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	100.041	69.290
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	137.172	124.586
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSSL	44.606	39.068
Contribuições ao PIS e a COFINS	23.701	38.115
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo PIS e COFINS ⁽¹⁾	1.148.820	1.254.231
Outros	3.028	3.029
Total	1.457.368	1.528.319
Circulante	487.142	217.462
Não circulante	970.226	1.310.857

⁽¹⁾ Em 13 de maio de 2021 o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário pela exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e Cofins fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, além de consolidar o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nos documentos fiscais, o que proporcionou o reconhecimento contábil de créditos de R\$1.148.820 (R\$1.254.231 em 2021), oriundos de ação judicial transitada em julgado, em 21 de setembro de 2021. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que resultou em R\$107.166 (R\$273.387 em 2021), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia ingressou com pedido de compensação em 21 de setembro de 2021. Em 14 de julho de 2022, a Receita Federal do Brasil - RFB deferiu o pedido de habilitação dos referidos créditos de Pis/Pasep e Cofins, que se encontra em processo de recuperação dos saldos a receber com os valores dos débitos a recolher, iniciadas em julho de 2022 o que ocorrerá dentro do prazo prescricional de 5 anos. As compensações realizadas no exercício foram de R\$212.577.

8. Reajuste, revisão tarifária e outros assuntos regulatórios

8.1. Reajuste tarifário:

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.022/2022, de 12 de abril de 2022, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 16 de abril de 2022, cujo impacto tarifário médio a ser percebido pelos consumidores foi um aumento de 22,55%.

8.2. Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas.

Em 03 de abril de 2018, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.379 e Nota Técnica nº 69/2018-SGT/ANEEL, homologou o resultado da quarta revisão tarifária periódica da Companhia, em vigor desde 08 de abril de 2018.

Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão.

A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Notas Explicativas

Revisão Tarifária Extraordinária - RTE

Em 26 de julho de 2022 a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.075 e Nota Técnica nº 137, aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária em conformidade com o disposto na Lei nº 14.385, de 27 de junho de 2022, que trata da devolução, aos consumidores, de créditos fiscais associados ao excesso de tributo decorrente da inclusão do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins.

Essa revisão tarifária extraordinária utiliza os créditos tributários de Pis/Cofins. A devolução é possível devido à decisão judicial favorável obtida pela Companhia para reduzir a base de cálculo das contribuições. A ação foi julgada e os créditos tributários foram habilitados pela Receita Federal em 14 de julho de 2022, o que dá segurança jurídica para sua aplicação. A nova tarifa entra em vigor a partir de 27 de julho de 2022.

No Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2022, já havia sido antecipado parte do valor, mesmo sem habilitação do crédito pela RFB. Assim, neste RTE foi considerado o valor referente ao restante dos nove meses futuros até o próximo processo tarifário de abril/23, com os seguintes impactos na tarifa:

Efeito Médio RTE	Alta tensão (AT)	Baixa tensão (BT)
-1,38%	-1,33%	-1,40%
Créditos de PIS/COFINS (antecipado na RTA)	Créditos de PIS/COFINS (RTE)	Total
230.000	89.110	319.110

8.3. Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela;
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2;
- Bandeira Escassez Hídrica.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo.

Bandeira	Anterior R\$/Kwh	R\$/Kwh REH 2.888/2021 ⁽¹⁾	R\$/Kwh Resolução nº 3/2021 ⁽²⁾	Atual R\$/Kwh Resolução nº 3.051/2022 ⁽³⁾
Verde	-	-	-	-
Amarela	1,34	1,87	-	2,99
Vermelha 1	4,17	3,97	-	6,5
Vermelha 2	6,24	9,49	-	9,80
Escassez Hídrica	-	-	14,20	-

⁽¹⁾ A ANEEL aprovou, em 29 de junho de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.888, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de junho de 2022.

⁽²⁾ A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, em 31 de agosto de 2021, por meio da Resolução nº 3, a implementação da Bandeira de Escassez Hídrica novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de abril de 2022.

⁽³⁾ A ANEEL aprovou, em 21 de junho de 2022, por meio da Resolução Homologatória nº 3.051, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2022.

Notas Explicativas

As bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

Mês	2022	2021
Janeiro	Escassez Hídrica	Amarela
Fevereiro	Escassez Hídrica	Amarela
Março	Escassez Hídrica	Amarela
Abril	Escassez Hídrica/Verde	Amarela
Maio	Verde	Vermelha Patamar 1
Junho	Verde	Vermelha Patamar 2
Julho	Verde	Vermelha Patamar 2
Agosto	Verde	Vermelha Patamar 2
Setembro	Verde	Escassez Hídrica
Outubro	Verde	Escassez Hídrica
Novembro	Verde	Escassez Hídrica
Dezembro	Verde	Escassez Hídrica

Bandeira Escassez Hídrica:

A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, através da Resolução nº 3 de 31 de agosto de 2021, determinou a ANEEL a implementação de patamar específico de Bandeira Tarifária, denominada Bandeira de Escassez Hídrica, nos termos do Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, no valor de R\$142,00/MWh (cento e quarenta e dois reais por megawatt-hora), que passa a vigorar no período de setembro de 2021 a abril de 2022.

A Bandeira Escassez Hídrica não se aplica aos consumidores inscritos na Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE, os quais devem permanecer na sistemática das Bandeiras Tarifárias, conforme os valores aprovados na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.888, de 29 de junho de 2021.

A aplicação da Bandeira de Escassez Hídrica foi finalizada em 16 de abril de 2022, conforme posição do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME), por meio do Ofício Circular nº 6/2022-DR/ANEEL, de 11 de abril de 2022.

8.4. Programa de incentivo a redução voluntária de consumo de energia elétrica

Foi instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras dos grupos A e B no mercado regulado do Sistema Interligado Nacional - SIN, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País.

O Programa foi implementado mediante a concessão de bônus em fatura, no valor de R\$50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh, em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), por unidade consumidora do ambiente de contratação regulada, limitado a 20% (vinte por cento). O percentual de redução do consumo será aplicado sobre o montante apurado com base no consumo médio de cada unidade consumidora nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2020, desde que possuam histórico de medição. E será aplicado às unidades consumidoras do grupo B pertencentes às classes de consumo residencial, industrial, comércio, serviços e outras atividades, rural e serviço público e para as unidades consumidoras do grupo A pertencentes às classes de consumo poder público, iluminação pública e consumo próprio.

O primeiro estágio do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica vigorou por quatro ciclos de faturamento, contados a partir de 1º de setembro de 2021.

No exercício de 2021 foram apurados R\$69.345 em bônus de redução voluntária do consumo repassados aos consumidores, durante o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui R\$786 a receber registrado em outros créditos no ativo circulante e R\$2.266 como obrigação de repasse aos consumidores registrado em outros passivos no passivo circulante.

8.5. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação

O Brasil vivencia uma situação de sobrecontratação de energia generalizada desde o ano de 2016, que tem afetado grande parte das empresas distribuidoras de energia elétrica do país. Por um lado, além das incertezas no crescimento da demanda por razões econômicas, o mercado regulado passou a ser extremamente afetado pelo

Notas Explicativas

aumento no volume das migrações dos consumidores cativos para o mercado livre e pelo crescimento da geração distribuída. De outro lado, dado o modelo centralizado de contratação, a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo com pouca flexibilidade. Ainda assim, de maneira geral e como resultado das estratégias de gestão de portfólio, a administração da Companhia encontra-se alinhada.

Neste contexto, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação vem sendo discutida entre a ANEEL e as Distribuidoras desde o encerramento do ano civil de 2016, por consequência impedindo a homologação dos valores para os anos de 2016 a 2021.

No âmbito deste processo, destaca-se abaixo o histórico recente:

1. Em 08 de abril de 2021, a Procuradoria Federal junto à ANEEL se manifestou contrariamente ao posicionamento exarado, até então, pela área técnica e diretoria, tendo, no âmbito do Parecer n. 00079/2021/PFANEEL/PGF/AGU, opinado pela necessidade de alterações dos valores dos montantes de involuntariedade originalmente calculados, diante de análises aprofundadas dos seguintes pontos: (i) possibilidade ou não de aplicação do critério econômico na avaliação da sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntárias; e (iii) possibilidade de avaliação retroativa de migrações de consumidores livres e especiais ao ACL;
2. Ato seguinte, em 26 de novembro de 2021, e em atendimento à análise da Procuradoria Federal da ANEEL, foi publicada pela Superintendência de Regulação Econômica e Estudos de Mercado - SRM da ANEEL a Nota Técnica nº 121/2021-SRM/SGT/ANEEL, contendo a nova metodologia de apuração e valores de involuntariedades, bem como recomendando a apreciação da matéria pela Diretoria da Agência; e
3. Em agosto de 2022, a Diretoria da Aneel, através do Despacho 2.168/2022, acatou os pedidos de reconsideração interpostos pelas distribuidoras em face do Despacho nº 2.508/2020 e revisou os montantes de involuntariedade das distribuidoras para os anos de 2016 e 2017.

Após a publicação do Despacho nº 2.168/2022 a Administração atualizou as suas estimativas quanto aos ativos e passivos financeiros setoriais referente a sobrecontratação de energia dos exercícios de 2016 a 2022 proporcionalizando um saldo passivo de R\$46.214 (R\$75.600 em 2021).

Os valores reconhecidos no exercício contabilizados na receita operacional bruta - Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização foi de R\$32.258 e R\$2.872 de atualização financeira devedora, registrado no resultado financeiro.

9. Ativos e passivos financeiros setoriais

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Notas Explicativas

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos Financeiros Setoriais	Saldos em 2021	Receita		Resultad o	Trans- fêrência	Saldos em 2022	Valore s em Amort i- zação	Valores em Consti- tuição	Circu- lante	Não circu- lante
		Operacional		financi ro						
		Adição	Amor- tização	Remu- neração						
Itens da Parcela A ⁽¹⁾										
Energia elétrica comprada para revenda	54.781	(104.122)	(5.423)	11.708	(19.042)	(62.098)	-	(62.098)	(45.366)	(16.732)
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	2.232	12.602	(4.003)	343	(10.171)	1.003	-	1.003	732	271
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	84.781	69.125	(31.313)	1.859	(69.161)	55.291	-	55.291	40.393	14.898
Encargo de Serviços de Sistema ESS ⁽²⁾	323.528	(237.633)	(68.964)	(9.310)	(172.274)	(164.653)	-	(164.653)	(120.288)	(44.365)
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	351	4.715	90	66	49	5.271	-	5.271	3.851	1.420
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	94.131	(7.568)	4.205	(37.763)	53.005	-	53.005	38.723	14.282
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽⁹⁾	-	(76)	-	-	-	(76)	-	(76)	(76)	-
Componentes financeiros										
Sobrecontratação de energia ⁽⁴⁾	49.640	124.641	(20.220)	(1.807)	(121.915)	30.339	-	30.339	22.164	8.175
CUSD	-	188	615	(79)	(920)	(196)	-	(196)	(143)	(53)
Exposição de submercados ⁽⁵⁾	16.425	(191)	(3.159)	175	(13.477)	(227)	-	(227)	(166)	(61)
Neutralidade da Parcela A ⁽³⁾	-	(39.139)	(1.746)	(1.139)	(5.878)	(47.902)	-	(47.902)	(34.995)	(12.907)
Garantias financeiras ⁽⁸⁾	356	348	(102)	26	(286)	342	-	342	250	92
Saldo a compensar ⁽⁶⁾	2.234	10.107	(8.661)	(371)	(19.718)	(16.409)	-	(16.409)	(11.987)	(4.422)
Outros financeiros ⁽¹⁰⁾	282.635	201.980	245.146	39.700	(298.819)	470.642	-	470.642	286.522	184.120
Total Ativo	816.963	136.676	94.692	45.376	(769.375)	324.332	-	324.332	179.614	144.718

Passivos Financeiros Setoriais	Saldos em 2021	Receita Operacional		Resultado financeiro	Transfêrência	Saldos em 2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A ⁽¹⁾										
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	22.196	-	8.993	-	(37.763)	(6.574)	(6.574)	-	(6.574)	-
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	-	6.849	-	(10.171)	(3.322)	(3.322)	-	(3.322)	-
Encargo de serviços de sistema ESS ⁽²⁾	-	-	168.763	-	(172.274)	(3.511)	(3.511)	-	(3.511)	-
Energia elétrica comprada para revenda	31.265	-	(18.815)	-	(19.042)	(6.592)	(6.592)	-	(6.592)	-
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	645	-	(657)	-	49	37	37	-	37	-
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	3.118	-	38.971	-	(69.161)	(27.072)	(27.072)	-	(27.072)	-
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A ⁽³⁾	7.458	-	(3.513)	-	(5.878)	(1.933)	(1.933)	-	(1.933)	-
Garantias financeiras ⁽⁸⁾	-	-	204	-	(286)	(82)	(82)	-	(82)	-
Sobrecontratação de energia ⁽⁴⁾	84.806	-	19.181	-	(121.915)	(17.928)	(17.928)	-	(17.928)	-
CUSD	2.309	-	(864)	-	(920)	525	525	-	525	-
Saldo a compensar ⁽⁶⁾	-	-	12.347	-	(19.718)	(7.371)	(7.371)	-	(7.371)	-
Exposição de submercados ⁽⁵⁾	-	-	11.294	-	(13.477)	(2.183)	(2.183)	-	(2.183)	-
Devoluções tarifárias ⁽⁷⁾	186.095	59.470	-	25.517	-	271.082	-	271.082	198.040	73.042
Outros financeiros ⁽¹⁰⁾	34.192	-	491.258	-	(298.819)	226.631	226.631	-	226.631	-
Total Passivo	372.084	59.470	734.011	25.517	(769.375)	421.707	150.625	271.082	348.665	73.042
Saldo líquido	444.879	77.206	(639.319)	19.859	-	(97.375)	(150.625)	53.250	(169.051)	71.676

⁽¹⁾ **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A:** a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC;

Notas Explicativas

- (2) **Encargo de Serviço do Sistema - ESS:** representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços auxiliares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN;
- (3) **Neutralidade da Parcela A:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas;
- (4) **Sobrecontratação de energia:** a distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo;
- (5) **Exposição de submercados:** representa o resultado financeiro decorrente das diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) em função das transferências de energia entre Submercados;
- (6) **Saldo a compensar - (CVA do ciclo anterior):** conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada;
- (7) **Devoluções tarifárias:** referem-se a receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), onde a partir de novembro de 2017, são apropriados nos passivos financeiros setoriais atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (5CRTP);
- (8) **Garantias financeiras:** repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004;
- (9) **Bandeiras tarifárias CCRBT -** a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL;

Os valores recebidos pela Companhia referentes às Bandeiras Tarifárias no exercício de 2022, Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, tem o montante de R\$52.731 (R\$25.853 em 2021); e

- (10) **Outros financeiros:** considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, os principais itens que compõe o saldo, são como segue:

Repasse dos recursos da Conta de Comercialização de Itaipu - em fevereiro de 2022 a Companhia recebeu R\$15.882 de recursos da conta de comercialização de Itaipu. O processo de repasse do recurso da Conta de Comercialização de Energia de Itaipu para as concessionárias foi deliberado na Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL ocorrida em 30 de novembro de 2021.

Conta Escassez Hídrica, operações financeiras, utilização da conta de Desenvolvimento Energético - CDE - a ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 1.008 de 15 de março de 2022, estabeleceu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e regular a utilização do encargo tarifário da CDE, para fins de pagamentos e recebimentos de valores.

Os recursos serão utilizados para cobertura dos custos, total ou parcialmente, por repasses da Conta Escassez Hídrica, dos seguintes itens: (i) custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG; (ii) custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021; e (iii) diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

A Conta Escassez Hídrica será vinculada a CDE, sob gestão da CCEE. A liquidação da operação financeira se dará mediante arrecadação via tarifa a ser realizada em quotas mensais a serem definidas nos eventos tarifários futuros.

A Companhia, protocolizou em 28 de março de 2022, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA-ESCASSEZ HÍDRICA no valor máximo de R\$546.078, dos quais R\$19.359 correspondem custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021, R\$34.597 de ressarcimento dos custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG e R\$492.122 destinados aos diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O valor foi recebido em 09 de maio de 2022.

Crédito do PIS e COFINS - no processo tarifário de 2022, foram reconhecidos os créditos de PIS/COFINS referente às ações judiciais com trânsito em julgado que questionam a exclusão do ICMS da base de cálculo. O assunto ainda será matéria de regulamentação específica pela ANEEL, estando o tema em Consulta Pública de nº 05/2021. No entanto, o Despacho nº 361/2021, que em situações excepcionais, autoriza o uso antecipado a conclusão da referida Consulta Pública. No Reajuste Tarifário Anual da Companhia, a ANEEL reconheceu o montante de R\$319.110, sendo considerados 1/12 deste valor a cada mês, tendo compensado até dezembro de 2022 o valor de R\$212.577.

Valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - Nos termos do inciso I do art.4º, da Lei nº 14.182, decide: (i) fixar os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético CDE referentes aos valores aportados pela Eletrobrás ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, até 29 de julho de 2022 foi de R\$122.919, conforme Despacho 1.959/2022.

Notas Explicativas

10. Outros créditos

	2022	2021
Subvenção - Baixa Renda ⁽¹⁾	14.983	11.202
Subvenção CDE - Desconto Tarifário ⁽²⁾	76.615	66.874
Bônus - Reembolso do Fundo CDE ^(*)	786	69.345
Outros créditos a Receber - CELPA ⁽³⁾	32.497	32.497
(-) Ajuste a Valor Presente - CELPA ⁽³⁾	(9.889)	(10.407)
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	85.829	79.295
Outras ordens em curso	15.148	5.267
Sub-rogação CCC ⁽⁴⁾	77.499	33.346
Despesas pagas antecipadamente ⁽⁵⁾	28.173	23.988
Adiantamentos a empregados	4.375	8.798
Adiantamentos a fornecedores	4.267	3.799
Depósito para reinvestimento - incentivos fiscais ⁽⁶⁾	30.594	-
Créditos a receber de terceiros-alienação de bens e direitos ⁽⁷⁾	19.113	24.626
(-) Provisão para perdas ⁽⁷⁾	(6.146)	(9.666)
Reembolso CCC (aquisição de energia para o sistema Isolado) ⁽⁸⁾	6.456	10.754
Outros créditos a receber	2.514	6.337
Total	382.814	356.055
Circulante	299.110	307.409
Não circulante	83.704	48.646

(*) Corresponde ao saldo remanescente do Programa de incentivo a redução voluntária de consumo de energia elétrica, vide nota explicativa 8.4.

(1) **Subvenção - Baixa Renda** - referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. O saldo refere-se às provisões de novembro e dezembro de 2022, com estimativas de recebimentos para o próximo trimestre, após validação da ANEEL. A Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida nos exercícios:

	2022	2021
Saldo em 2021 e 2020 - circulante	11.202	10.070
Subvenção Baixa Renda	83.386	64.516
Ressarcimentos realizados pela CCEE	(79.605)	(63.384)
Saldo em 2022 e 2021 - circulante	14.983	11.202

(2) **Subvenção CDE - Desconto Tarifário** - refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizadas pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com o repasse aos clientes em contrapartida a demonstração do resultado do exercício, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada exercício. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do trimestre seguinte.

Segue a movimentação ocorrida nos exercícios:

	2022	2021
Saldo em 2021 e 2020 - circulante	66.874	71.705
Desconto Tarifário Subvenção Irrigante e Rural	362.569	323.294
Ressarcimento realizados pela CCEE	(352.828)	(328.125)
Saldo em 2022 e 2021 - circulante	76.615	66.874

(3) **Outros Créditos a receber da Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA** - refere-se créditos oriundo de transações entre partes relacionadas até a data de alienação para a empresa Equatorial Energia S.A. realizado em 25 de setembro de 2012. O saldo a receber será atualizado mensalmente aplicando a taxa de juros capitalizados de 6% a.a. O recebimento do principal será realizado em amortizações semestrais nas seguintes condições: (i) de março de 2027 a setembro de 2030, amortização de 5% a.a., (ii) de março de 2031 a setembro de 2033, amortização de 10% a.a. e (iii) o saldo restante de 50% em setembro de 2034. Os juros serão recebidos semestralmente a partir de setembro de 2019.

Notas Explicativas

- (4) **Sub-rogação CCC** - a Companhia foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	Atualização	A receber	
						2022	2021
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	36.225	32.254	33.544	19.859	18.569	29.790
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	3.032	645	2.528	3.556
Sistema de Transmissão Guariba	em serviço	110.006	57.795	1.393	-	56.402	-
Total		152.928	94.964	37.969	20.504	77.499	33.346
Circulante						16.405	6.791
Não Circulante						61.094	26.555

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O Despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas "223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica". Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento, aprovados pelo órgão regulador.

- (5) Inclui valores relacionados a prêmio de seguro e a cota do Proinfa - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica;
- (6) **Depósito para reinvestimento** - incentivos fiscais - refere-se ao benefício de reinvestimento de 30% do Imposto de Renda, que a Companhia dispõe para reinvestir em seus próprios empreendimentos em operação na área de atuação da SUDAM, instalada nos setores da econômica considerados prioritários para o desenvolvimento regional.
- (7) **Créditos a receber de terceiros** - refere-se a uso mútuo de postes e venda de sucata.
- (8) **Reembolso CCC (aquisição de energia para o sistema Isolado)** - trata-se de direitos de ressarcimento correspondentes ao custo de geração total, cujos gastos totais ultrapassaram o valor do ACRmed (custo coberto pelos consumidores da concessão). Os valores estabelecidos para o ano de 2022 foi de R\$274,01/MWh e em 2021 correspondia a R\$253,50/ MWh. A metodologia de apuração é estabelecida pela Lei nº 12.111/2017 regulamentada pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 801/2017.

11. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Rede Energia Participações S/A, (57,68% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das Companhias:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A		
· Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A;	EMS	Distribuição de energia
· Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A;	ETO	Distribuição de energia
· Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A;	ESS	Distribuição de energia
· Multi Energisa Serviços S/A;	MULTIENERGISA	Serviços
· Rede Power do Brasil S/A;	REDE POWER	Holding
· Companhia Técnica e Comercialização de Energia; e	CTCE	Comercialização de energia
· QMRA Participações S/A.	QMRA	Holding

A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Gemini Energy S/A, Alsol Energias Renováveis S/A e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação nas seguintes Companhias:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa S/A:		
· Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A;	EPB	Distribuição de energia
· Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A ⁽¹⁾ ;	EMR	Distribuição de energia
· Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A;	EBO	Distribuição de energia
· Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A;	ESE	Distribuição de energia
· Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A;	ERO	Distribuição de energia
· Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A;	EAC	Distribuição de energia
· Energisa Soluções S/A;	ESOL	Serviços
· Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A;	ESOLC	Serviços
· Energisa Comercializadora de Energia Ltda;	ECOM	Comercialização de energia
· Voltz Capital S/A;	VOLTZ	Serviços
· Alsol Energias Renováveis S/A;	ALSOL	Holding e Geração distribuída
· Energisa Geração Central Solar Rio Peixe I S/A; e	EGCS-RP1	Parque Solar
· Energisa Geração Central Solar Rio Peixe II S/A.	EGCS-RP2	Parque Solar

Notas Explicativas

Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:

· Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;	EPA I	Transmissão de energia
· Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;	EGO I	Transmissão de energia
· Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;	EPA II	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;	ETT	Transmissão de energia
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A;	EAM	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A;	ETT II	Transmissão de energia
· Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A;	EPTE	Transmissão de energia
· Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A;	EAP	Transmissão de energia
· Gemini Energy S/A;	GEMINI	Holding
· Nova Gemini Transmissão de Energia S/A;	NOVA GEMINI	Holding
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A;	EAM II	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia VII S/A; e	ETE VII	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia IX S/A.	ETE VII	Transmissão de energia

Controladas diretas da Gemini Energy S/A:

· Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A;	LMTE	Transmissão de energia
· Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A;	LXTE	Transmissão de energia
· Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A;	LTTE	Transmissão de energia
· Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia S/A; e	LITE	Transmissão de energia
· Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda.	POMTE	Serviços

Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:

· Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda;	LARALSOL	Geração distribuída
· URB Energia Limpa Ltda;	URB	Geração distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica I Ltda (atual denominação social da Vision SPE Vision Solar I Ltda);	REENERGISA I	Geração distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A (atual denominação social da Vision Francisco Sá SPE S/A);	REENERGISA II	Geração distribuída
· Renesolar Engenharia Elétrica Ltda;	RENESOLAR	Geração distribuída
· Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda; e	FLAWSOLAR	Geração distribuída
· Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.	CARBONSOLAR	Geração distribuída

(1) Energisa Minas Rio - Distribuição de Energia S/A ("EMR") (nova denominação social da Energisa Minas Gerais - Distribuição de Energia S/A ("EMG"), que incorporou em 30 de novembro de 2022 a companhia Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A ("ENF)).

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados (despesas)/Projetos	Compartilhamento (10)	Disponibilização do sistema (receita/despesa)	Outros resultados - receita (9)	Debêntures (despesa) financeira (5)	Saldo a receber (pagar)	Saldo a pagar Debêntures (5)	Saldo a receber (pagar) - Disponibilização de sistema
Energisa S/A (1)	(77.636)	(22.126)	-	-	(25.301)	(17.603)	(108.530)	-
MULTIENERGISA (2)	(9.772)	-	-	-	-	(1.657)	-	-
ESOL (3) (4)	(16.130)	-	-	-	-	(42)	-	-
ESOLC (3)	(76.261)	-	-	-	-	(13.094)	-	-
EMS (6)	-	(4.433)	2.113	-	-	(1.084)	-	66
ETO (6)	-	1.201	109	-	-	179	-	-
EAC	-	(6)	-	-	-	(83)	-	-
EBO	-	65	-	-	-	(6)	-	-
EMR	-	(16.437)	-	-	-	(3.413)	-	-
EPB	-	(23.986)	-	-	-	(5.576)	-	-
ERO	-	386	-	-	-	13	-	-
ESE	-	159	-	-	-	9	-	-
ESS	-	6	-	-	-	(43)	-	-
ECOM	-	(655)	-	-	-	(163)	-	-
EGO I (7)	-	21	(468)	-	-	4	-	(37)
EPA I (7)	-	27	(11.061)	-	-	5	-	-
EPA II (7)	-	14	(297)	-	-	3	-	-
ETT	-	4	-	-	-	1	-	-
EAM (7)	-	1	(61)	-	-	-	-	-
EPTE (7)	-	-	(8.219)	-	-	-	-	(40)
LMTE (7)	-	-	(758)	-	-	-	-	(37)
LXTE (7)	-	-	(912)	-	-	-	-	(44)
LTTE (7)	-	-	(299)	-	-	-	-	(15)
ALSOL (8)	-	-	-	-	-	(3.552)	-	-
2022	(179.799)	(65.759)	(19.853)	-	(25.301)	(46.102)	(108.530)	(107)

Notas Explicativas

2021 (135.449) (33.031) (11.743) 96.083 (36.217) (18.062) (266.444) (1.006)

- (1) **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual;

Serviços de informática e licenciamento de softwares - contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$231.742, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) Serviço de Implantação de Sistemas e Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas Comerciais e Sistemas de BI (Business Intelligence); (v) Licenciamento e Manutenção Sistemas ERP; (vi) Serviço de Implantação de Sistemas e (vii) Prestação de Serviços de Suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022.

- (2) Refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL, com vencimento em fevereiro/2024. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários;
- (3) Referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários com vencimentos até 2026; e

Contrato de fornecimento de materiais e serviços para as subestações PCH Casca III, Campo Verde, Diamantino, Petrovina e São José do Rio Claro, firmado em 05 de abril de 2022 com vencimento em 04 de abril de 2027 no valor total de R\$5.858, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições de mercado vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 665, em 11 de março de 2022.

- (4) Contrato de prestação de serviços - refere-se à prestação de serviços de assistência técnica, suporte técnico e níveis de serviço relacionados ao Sistema SCADA. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho Aneel, nº 3.024, de 19 de outubro de 2022, com data de vigência a partir de 02/09/2022 e vencimento em 02/09/2027;
- (5) A Companhia efetuou a 6ª e 7ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela controladora Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 19). Em 2022 o valor atualizado é de R\$108.530 (R\$266.444 em 2021);
- (6) Refere-se ao contrato de disponibilização do sistema de distribuição (TUSD);
- (7) Refere-se ao custo de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão e com vencimentos em 2025;
- (8) Refere-se a serviços de execução dos projetos de P&D, cujo prazo de contratação encerra-se em dezembro/2023;
- (9) Refere-se ao montante recebido do Fundo de Investimento - FIDC por conta da cessão dos créditos realizados, nota explicativa nº 28; e
- (10) **Contrato de compartilhamento** - em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022.

Notas Explicativas

Remuneração dos administradores

	2022	2021
Remuneração anual ⁽¹⁾	11.731	9.985
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	570	572
Remuneração da Diretoria	4.273	3.664
Outros benefícios ⁽²⁾	3.618	4.062

⁽¹⁾ Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2022 foi aprovado na AGO/E de 27 de abril de 2022.

⁽²⁾ Inclui encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros relativas ao mês de dezembro, foram de R\$71 e R\$3 (R\$67 e R\$3 em 2021), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2022 foi de R\$27 (R\$24 em 2021).

Programa de remuneração variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP)

Este plano, oferecido aos executivos, tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de três programas de concessão de ações em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (*Total Shareholder Return* - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP (1)	2º programa ILP (1)	3º programa ILP	4º programa ILP	5º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	38.658	31.318	28.904	44.930	49.711
Opções de ações prescritas	-	-	1.249	2.427	6.265
Data de aprovação do Conselho de Administração	10/05/2018	09/05/2019	10/02/2021	13/05/2021	12/05/2022
Data de início vesting	02/05/2018	10/05/2019	21/12/2020	14/05/2021	13/05/2022
Prazo de carência	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco	8,20%	7,70%	5,26%	7,88%	12,55%
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	DI1F2021	DI1F2022	DI1F2023	DI1J2024	DI1J2025
Volatilidade ⁽²⁾	29,29%	25,06%	50,51%	35,09%	34,88%
Valor justo na data da outorga	R\$44,35	R\$54,97	R\$43,69	R\$37,19	R\$34,95
Movimentação	Liquidado	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação

⁽¹⁾ Em 13 de maio de 2021 e 12 de maio de 2022, o Conselho de Administração da controladora Energisa S/A, aprovou a liquidação do 1º e 2º Programas do Plano de Incentivo de Longo Prazo cujo montantes foram de R\$1.385 representativo de 29.444 Units e R\$1.248 representativo de 28.382 Units, respectivamente, já líquido de imposto de renda retido na fonte de responsabilidade do beneficiário.

⁽²⁾ Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE ("Índice de Energia Elétrica e seus pares")) para o *Total Shareholder Return* TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 01 (um) ano anterior à data de outorga do programa.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base "pro rata temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

Notas Explicativas

No exercício de 2022, foram reconhecidos R\$1.386 (R\$1.771 em 2021) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica de despesas gerais e administrativas - Programa de remuneração variável (ILP). O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumulado em 2022 é de R\$4.645 (R\$3.732 em 2021).

12. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2022	2021
Ativo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	234.092	232.919
Contribuição social sobre o lucro líquido	84.273	83.851
Total	318.365	316.770
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	361.924	347.681
Contribuição social	130.293	125.165
Total	492.217	472.846
Total líquido - passivo não circulante	(173.852)	(156.076)

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	2022		2021	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD)	455.070	154.724	431.724	146.786
Outras provisões (honorários e outras)	235.680	80.131	237.573	80.775
Provisão ajuste atuarial	119.567	40.653	115.708	39.341
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	78.261	26.609	94.676	32.190
Marcação a mercado - dívida	(53.891)	(18.323)	10.685	3.633
Ajustes a valor presente	45.266	15.390	38.586	13.119
Contratos e prestações de serviços	2.523	858	(9.974)	(3.391)
Outras exclusões temporárias	(3.632)	(1.235)	12.698	4.317
Instrumentos financeiros - derivativos	(77.762)	(26.439)	(303.744)	(103.273)
Encargos sobre reavaliação de ativos	(56.417)	(19.182)	(71.769)	(24.401)
Parcela do VNR do ativo financeiro indenizável da concessão e atualização	(1.255.995)	(427.038)	(1.015.210)	(345.172)
Total líquido - passivo não circulante	(511.330)	(173.852)	(459.047)	(156.076)

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Realização de créditos fiscais
2023	54.791
2024	57.188
2025	68.226
2026	70.006
2027	68.154
Total	318.365

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Alíquota efetiva	2022	2021 (reapresentado)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.400.977	1.239.442
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(476.332)	(421.410)
Ajustes:		
Créditos sobre Incentivos fiscais ⁽¹⁾	188.324	215.844
Incentivos fiscais - Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica ⁽²⁾	12.877	3.201
Incentivos fiscais - Reinvestimento ⁽³⁾	10.586	-
Outros Créditos (Débitos) de períodos anteriores	47.702	(25.764)
Outros incentivos fiscais e despesas ineditáveis (doações, brindes, multa, etc.) ⁽⁴⁾	6.570	4.232
Imposto de renda e contribuição social	(210.273)	(223.897)
Alíquota efetiva	15,01%	18,06%

⁽¹⁾ Em dezembro de 2014 a Companhia obteve aprovação junto ao Ministério da Integração Social do seu pedido de benefício fiscal para o período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2023, através do Laudo Constitutivo 114/2014, expedido em 19/12/2014, bem como o reconhecimento pela Receita Federal do Brasil, através do Ato Declaratório Executivo nº 17-DRF/CBA de 02 de fevereiro de 2015, que consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração. Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDAM apurados no período/exercício, foram registrados diretamente na demonstração de resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

A Companhia, amparada pela legislação vigente, formalizou o pedido de prorrogação do benefício fiscal, a fim de ampliá-lo pelo período de mais 10 anos, a contar data da data de sua aprovação, que se encontra em fase de análise, formalizado junto à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

⁽²⁾ Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005.

⁽³⁾ Trata-se da parcela de 30% do Imposto de Renda, para ser reinvestidos em seus projetos instalados na área de atuação da SUDAM, para o desenvolvimento regional.

⁽⁴⁾ Inclui outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

Declaração do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da cobrança do IRPJ e da CSLL sobre a Taxa SELIC incidente em valores recebidos em razão de repetição de indébito tributário.

A Companhia em agosto de 2021 impetrou Mandado de Segurança com o objetivo de reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos.

Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF") julgou o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito, ou seja, um dos temas pleiteados no Mandado de Segurança em referência. Neste julgamento foi acolhida, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relacionados à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de setembro de 2021 foi divulgada a Ata de Julgamento, enquanto o acórdão foi divulgado em 15 de dezembro de 2021.

A Companhia avaliou junto com seus assessores jurídicos e tributários e concluiu sobre a imaterialidade dos valores líquidos a serem reconhecidos, visto a existência de atualizações monetárias ativas e passivas sobre o mesmo mérito. A Administração continuará a monitorar o tema e a evolução da jurisprudência sobre o tratamento fiscal da correção sobre as atualizações monetárias dos valores do passivo, que em 31 de dezembro de 2022 compensam a possível base para restituição de IR e CS sobre as atualizações monetárias ativas.

13. Ativo financeiro indenizável da concessão

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela Companhia e a ANEEL.

Notas Explicativas

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão, foi registrada em receitas operacionais no resultado do exercício como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$240.785 (R\$353.014 em 2021).

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

	2022	2021
Ativo financeiro valor justo em 2021 e 2020	3.884.108	3.183.825
Adições no exercício ⁽¹⁾	711.225	376.748
Baixas no exercício	(11.058)	(29.479)
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	240.785	353.014
Ativo financeiro valor justo em 2022 e 2021	4.825.060	3.884.108

⁽¹⁾ Refere-se a transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

⁽²⁾ Os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária, reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

14. Ativo contratual - infraestrutura em construção

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos são incorporados ao custo da construção da infraestrutura, e são apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos em 2021	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Saldos em 2022
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	352.317	1.083.819	(235.817)	(775.538)	424.781
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	118.987	188.012	(28.441)	(76.968)	201.590
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	233.330	895.807	(207.376)	(698.570)	223.191

	Saldos em 2020	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Saldos em 2021
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	333.436	568.462	(143.111)	(406.470)	352.317
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	154.077	4.274	(9.642)	(29.722)	118.987
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	179.359	564.188	(133.469)	(376.748)	233.330

⁽¹⁾ O montante de R\$207.376 (R\$133.469 em 2021) foi transferido para o Intangível - contrato de concessão.

⁽²⁾ As baixas no montante de R\$698.570 (R\$376.748 em 2021) referem-se as transferências para o ativo financeiro indenizável da concessão, corresponde a parcela bifurcada do ativo contratual - infraestrutura em construção a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

Notas Explicativas

15. Imobilizado

	Taxa Média de Depreciação	Saldos em 2021	Adição	Transferências	Baixa	Depreciação	Saldos em 2022
Imobilizado em Serviço							
Custo							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	6.897	-	10.464	-	-	17.361
Máquinas e Equipamentos	12,65%	40.297	-	6.753	-	-	47.050
Veículos	14,29%	-	-	138	(138)	-	-
Móveis e utensílios	6,25%	9.001	-	398	-	-	9.399
Total do imobilizado em serviço		56.195	-	17.753	(138)	-	73.810
Depreciação acumulada							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		(556)	-	-	-	(439)	(995)
Máquinas e Equipamentos		(29.609)	-	-	-	(2.603)	(32.212)
Veículos		-	-	(138)	138	-	-
Móveis e utensílios		(4.842)	-	-	-	(378)	(5.220)
Total Depreciação acumulada		(35.007)	-	(138)	138	(3.420)	(38.427)
Subtotal Imobilizado		21.188	-	17.615	-	(3.420)	35.383
Imobilizado em curso		13.718	9.812	(17.615)	-	-	5.915
Total do Imobilizado		34.906	9.812	-	-	(3.420)	41.298

	Taxa Média de Depreciação	Saldos em 2020	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos em 2021
Imobilizado em Serviço						
Custo						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	749	-	6.148	-	6.897
Máquinas e Equipamentos	14,25%	36.476	-	3.821	-	40.297
Móveis e utensílios	6,25%	8.165	-	836	-	9.001
Total do imobilizado em serviço		45.390	-	10.805	-	56.195
Depreciação acumulada						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		(492)	-	-	(64)	(556)
Máquinas e Equipamentos		(26.815)	-	-	(2.794)	(29.609)
Móveis e utensílios		(4.462)	-	-	(380)	(4.842)
Total Depreciação acumulada		(31.769)	-	-	(3.238)	(35.007)
Subtotal Imobilizado		13.621	-	10.805	(3.238)	21.188
Imobilizado em curso		12.564	11.959	(10.805)	-	13.718
Total do Imobilizado		26.185	11.959	-	(3.238)	34.906

Notas Explicativas

16. Intangível

	2022	2021
Intangível - contrato de concessão	1.284.394	1.345.068
Intangível - direito de uso	2.345	3.697
Intangível - software	52.668	36.760
Total	1.339.407	1.385.525

16.1. Intangível - contrato de concessão

	Taxa Média de Amortização	SalDOS em 2021	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	SalDOS em 2022
Intangível Em Serviço						
Custo	3,82%	4.987.771	235.679	(95.181)	-	5.128.269
Amortização Acumulada		(3.258.115)	(508)	65.973	(316.684)	(3.509.334)
Subtotal		1.729.656	235.171	(29.208)	(316.684)	1.618.935
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,67%	1.408.159	28.441	(7.898)	-	1.428.702
Amortização Acumulada		(1.023.571)	(646)	2.742	(72.686)	(1.094.161)
Subtotal		384.588	27.795	(5.156)	(72.686)	334.541
Total do intangível - contrato de concessão		1.345.068	207.376	(24.052)	(243.998)	1.284.394

	Taxa Média de Amortização	SalDOS em 2020	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	SalDOS em 2021
Intangível Em Serviço						
Custo	3,84%	4.926.823	143.111	(82.163)	-	4.987.771
Amortização Acumulada		(3.014.412)	(12)	56.975	(300.666)	(3.258.115)
Subtotal		1.912.411	143.099	(25.188)	(300.666)	1.729.656
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,70%	1.398.517	9.642	-	-	1.408.159
Amortização Acumulada		(956.804)	(12)	-	(66.755)	(1.023.571)
Subtotal		441.713	9.630	-	(66.755)	384.588
Total do intangível - contrato de concessão		1.470.698	133.469	(25.188)	(233.911)	1.345.068

(1) Transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

(2) As baixas no montante de R\$24.052 (R\$25.188 em 2021), foram contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

(3) A Companhia reconheceu no exercício, créditos de PIS e COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$16.161 (R\$15.468 em 2021).

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691 de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 3,82% (3,84% em 2021).

Obrigações vinculadas à concessão

Notas Explicativas

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

	2022	2021
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	1.078.733	976.464
Participação da União, Estados e Municípios ⁽²⁾	1.245.889	1.181.132
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	119.971	119.971
(-) Amortização acumulada	(1.094.161)	(1.023.571)
Total	1.350.432	1.253.996
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	814.301	750.421
Ativo contratual - Infraestrutura em construção e intangível em curso	201.590	118.987
Intangível - contrato de concessão	334.541	384.588
Total	1.350.432	1.253.996

⁽¹⁾ As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, bem como, valores aplicados em programas de eficiência energética e Programa Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, cujos resultados se revertam em bens destinados ao Ativo imobilizado em serviço.

⁽²⁾ Inclui participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, destinadas ao Programa Luz para Todos; recursos da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC que envolvem na sub-rogação do direito de uso, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC.

16.2. Intangível - direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2021	Amortização	Saldos em 2022
Intangível - direito de uso				
Custo	12,65%	10.691	-	10.691
Amortização Acumulada		(6.994)	(1.352)	(8.346)
Total do Intangível - direito de uso		3.697	(1.352)	2.345

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2020	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldos em 2021
Intangível - direito de uso							
Custo	21,77%	12.992	2.937	189	(5.427)	-	10.691
Amortização Acumulada		(4.478)	-	(189)	-	(2.327)	(6.994)
Total do Intangível - direito de uso		8.514	2.937	-	(5.427)	(2.327)	3.697

Notas Explicativas

16.3. Intangível - software

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2021	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 2022
Intangível - software						
Custo	20,00%	64.368	-	16.763	-	81.131
Amortização Acumulada		(42.608)	-	-	(10.055)	(52.663)
Em curso		15.000	25.963	(16.763)	-	24.200
Total do Intangível - software		36.760	25.963	-	(10.055)	52.668

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2020	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 2021
Intangível - software						
Custo	20,00%	55.672	-	8.696	-	64.368
Amortização Acumulada		(33.063)	-	-	(9.545)	(42.608)
Em curso		8.224	15.472	(8.696)	-	15.000
Total do Intangível - software		30.833	15.472	-	(9.545)	36.760

17. Fornecedores

	2022	2021
Compra de energia elétrica ⁽¹⁾	287.230	359.535
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ⁽²⁾	24.031	38.050
Operador Nacional do Sistema Elétrica - ONS ⁽¹⁾	42.444	36.937
Encargos do uso da rede elétrica ⁽¹⁾	243	254
Encargos de serviços do sistema ⁽³⁾	543	160.103
Encargos de conexão ⁽¹⁾	7.860	8.049
Materiais e serviços e outros ⁽⁴⁾	107.465	60.712
Total	469.816	663.640
Circulante	435.698	631.755
Não circulante	34.118	31.885

⁽¹⁾ **Compra de energia elétrica e encargos do uso da rede elétrica** - refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

⁽²⁾ **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE** - A conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões do MCP e diminuiu principalmente pela queda do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças), que esteve perto do piso nos meses de novembro-dezembro/22 comparado com novembro-dezembro/21. O PLD além de precificar as liquidações de energia no MCP (Mercado de Curto Prazo), também valoriza as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário.

⁽³⁾ **Encargos do serviço do sistema** a diminuição dos valores de Encargos de Serviços de Sistema refere-se à redução do despacho de térmicas fora da ordem de mérito de custo em razão de Segurança Energética. As chuvas do período úmido elevaram o nível dos reservatórios e, com a melhoria das condições hidrológicas, não houve necessidade de grandes despachos fora da ordem de mérito.

⁽⁴⁾ **Materiais, serviços e outros** - refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 30 dias. Inclui estimativas de valores de honorários de êxitos de advogados por conta de processos judiciais.

Notas Explicativas

18. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo amortizado							
Moeda Nacional							
Pós Fixado							
INPC	8.968	8.751	(4.493)	(593)	1.334	-	13.967
IPCA	333.863	-	(20.736)	(16.088)	36.419	-	333.458
CDI	958.579	-	(462.988)	(112.363)	72.542	-	455.770
TR	353.756	-	-	(29.008)	29.445	-	354.193
(-) Custo com captação	(1.417)	-	-	-	326	-	(1.091)
Total ao custo amortizado	1.653.749	8.751	(488.217)	(158.052)	140.066	-	1.156.297
Mensurados ao valor justo							
Moeda Estrangeira							
Dólar	918.584	1.108.243	(331.920)	(26.101)	(11.125)	-	1.657.681
Euro	67.509	150.000	(58.653)	(2.205)	(17.793)	-	138.858
(-) Custo com captação	(109)	-	-	-	109	-	-
Marcação a mercado	1.071	-	-	-	-	(17.699)	(16.628)
Total ao valor justo	987.055	1.258.243	(390.573)	(28.306)	(28.809)	(17.699)	1.779.911
Total	2.640.804	1.266.994	(878.790)	(186.358)	111.257	(17.699)	2.936.208
Circulante	937.410						798.604
Não circulante	1.703.394						2.137.604

	Saldos em 2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2021
Mensuradas ao custo amortizado								
Moeda Nacional								
Pós Fixado								
INPC	-	9.308	(1.210)	(400)	1.270	-	-	8.968
IPCA	-	310.994	-	(7.143)	30.012	-	-	333.863
CDI	1.617.697	-	(644.028)	(79.674)	64.584	-	-	958.579
TR	353.498	-	-	(23.350)	23.608	-	-	353.756
(-) Custo com captação	(518)	-	-	-	667	(1.566)	-	(1.417)
Total ao custo amortizado	1.970.677	320.302	(645.238)	(110.567)	120.141	(1.566)	-	1.653.749
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	821.720	474.700	(437.745)	(15.989)	75.898	-	-	918.584
Euro	68.115	-	-	(556)	(50)	-	-	67.509
(-) Custo com captação	(328)	-	-	-	219	-	-	(109)
Marcação a mercado	8.059	-	-	-	-	-	(6.988)	1.071
Total ao valor justo	897.566	474.700	(437.745)	(16.545)	76.067	-	(6.988)	987.055
Total	2.868.243	795.002	(1.082.983)	(127.112)	196.208	(1.566)	(6.988)	2.640.804
Circulante	1.128.151							937.410
Não circulante	1.740.092							1.703.394

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) ⁽¹⁾	Garantias ⁽²⁾
	2022	2021					
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Série	354.193	353.756	TR + 7.00% a.a.	out/34	Mensal a partir de nov/29	8,63%	R

Notas Explicativas

FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Série	389.032	443.566	CDI + 0.70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de mai/21	13,09%	R
Nota Promissória 2ª Emissão ⁽³⁾	-	320.270	CDI + 0.80% a.a.	mar/22	Final	13,19%	A
Santander FRN 4133870 ⁽³⁾	66.738	194.743	CDI + 0.95% a.a.	fev/23	Semestral a partir de fev/22	13,34%	A
BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO A ⁽³⁾	133.595	145.584	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00% a.a.	out/27	Mensal a partir de abr/22	10,61%	A + R
BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO B ⁽³⁾	199.863	188.279	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00% a.a.	dez/34	Mensal a partir de nov/27	10,61%	A + R
ENERGISAPREV - Migração 2020 ⁽⁴⁾	12.260	2.019	INPC + 5.47% a.a.	out/29	Mensal a partir de jan/21	11,40%	A
ENERGISAPREV - Déficit de 2017 ⁽⁵⁾	62	6.779	INPC + 5.46% a.a.	dez/31	Mensal a partir de jan/21	11,39%	A
ENERGISAPREV - Déficit de 2015 a 2019 ⁽⁵⁾	185	170	INPC + 5.45% a.a.	nov/33	Mensal a partir de jan/21	11,38%	A
ENERGISAPREV - Déficit de 2020 ⁽⁵⁾	1.381	-	INPC + 5.17% a.a.	fev/38	Mensal a partir de abr/22	11,10%	A
ENERGISAPREV - Déficit de 2020 ⁽⁵⁾	79	-	INPC + 5.01% a.a.	fev/35	Mensal a partir de abr/22	10,94%	A
(-) Custo com captação	(1.091)	(1.417)					
Total em Moeda Nacional	1.156.297	1.653.749					
Resolução 4131-Bank of America ML ^(3 e 6)	138.858	-	EURO + 1.48% a.a.	fev/25	Final	-	A
Citibank Loan - 4131 ^(3 e 6)	-	40.068	LIBOR + 1.70% a.a.	jun/22	Anual a partir de jun/21	-2,40%	A
Citibank EDC Loan - 4131 ^(3 e 6)	-	40.065	LIBOR + 1.80% a.a.	jun/22	Anual a partir de jun/21	-2,30%	A
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 11062021 ^(3 e 6)	122.334	130.840	USD + 1.21% a.a.	jun/24	Final	-5,29%	A
J P MORGAN Loan ^(3 e 6)	308.579	-	USD + 3.04% a.a.	mar/25	Final	-3,46%	A
Merryl Lynch Loan ^(3 e 6)	-	67.509	EURO + 0.69% a.a.	dez/22	Final	-	A
Scotiabank Loan ^(3 e 6)	-	274.583	USD + 2.20% a.a.	dez/22	Final	-4,30%	A
Citibank Loan 56416 ^(3 e 6)	61.001	64.793	LIBOR + 0.60% a.a.	fev/23	Final	-3,50%	A
Citibank Loan 60976 ^(3 e 6)	109.092	-	SOFR + 1.00% a.a.	mar/24	Final	-3,60%	A
Santander Loan ccb1044407 ^(3 e 6)	92.549	-	USD + 2.68% a.a.	fev/23	Final	-3,82%	A
Merryl Lynch Loan 12062020 ^(3 e 6)	240.352	256.476	USD + 1.70% a.a.	set/23	Final	-4,80%	A
Merryl Lynch Loan 12062020 ^(3 e 6)	105.020	111.759	LIBOR + 1.18% a.a.	ago/23	Final	-2,92%	A
Scotiabank Loan 13102022 ^(3 e 6)	259.843	-	USD + 5,25% a.a.	out/25	Final	-1,25%	A
JP Morgan 10112022 ^(3 e 6)	157.843	-	USD + 6,41% a.a.	nov/23	Final	-0,09%	A
Merryl Lynch Loan 01122022 ^(3 e 6)	201.068	-	USD + 5,67% a.a.	dez/24	Final	-0,83%	A
(-) Custo com captação	-	(109)					
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁷⁾	(16.628)	1.071					
Total em Moeda Estrangeira	1.779.911	987.055					
Total	2.936.208	2.640.804					

⁽¹⁾ As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício de 2022. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 32;

⁽²⁾ A = Aval Energisa S.A., R= Recebíveis.

⁽³⁾ Condições de *covenants* - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora final Energisa S/A, listados a seguir:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado ^(*)	Menor ou igual a: 4,0 em 2021 em diante	Trimestral e Anual

Notas Explicativas

(¹) EBTIDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios

Para os financiamentos do BNDES, e em Moeda Estrangeira com vencimento a partir de 08/2023 o limite é de 4,25x até o vencimento

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 32). Em 31 de dezembro de 2022, as exigências contratuais foram cumpridas;

- (4) Contato firmado com a Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, em decorrência da migração dos planos de benefício definido para o plano de contribuição definida, ocorrida nos anos de 2020, 2021 e 2022;
- (5) Alteração efetuada nos planos de previdência em função da Instrução PREVIC nº 31/2020, incorrendo em uma reclassificação na patrocinadora entre as rubricas benefício pós emprego e empréstimo, financiamentos e encargos de dívidas. Os contratos têm como finalidade a cobertura dos déficits dos planos de previdência.
- (6) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 32);
- (7) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* de valor justo ou pela designação como "*Fair Value Option*" (vide nota explicativa nº 32).

Garantias

Para garantia do pagamento das parcelas, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$41.847 (R\$56.729 em 2021), registrado na rubrica "Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício:

Moeda/indicadores	2022	2021
US\$ x R\$	-6,50%	7,39%
CDI	12,39%	4,42%
IPCA	5,78%	10,06%
LIBOR	2,40%	0,16%
TR	1,63%	0,05%
Euro	-11,89%	-0,89%
Sofr	1,90%	0,00%
INPC	5,93%	10,16%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2022
2024	504.274
2025	764.835
2026	77.560
2027	77.595
Após 2027	713.340
Total	<u>2.137.604</u>

Notas Explicativas

19. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixado								
CDI	721.783	-	(42.945)	(84.548)	95.478	-	-	689.768
IPCA	1.200.783	260.000	(122.496)	(71.565)	141.735	-	-	1.408.457
(-) Custo com captação	(22.281)	-	-	-	5.196	(7.047)	-	(24.132)
Marcação a mercado	9.614	-	-	-	-	-	(46.877)	(37.263)
Total ao custo amortizado	1.909.899	260.000	(165.441)	(156.113)	242.409	(7.047)	(46.877)	2.036.830
Circulante	191.410							457.714
Não circulante	1.718.489							1.579.116

	Saldos em 2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2021
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixado								
CDI	840.994	-	(129.525)	(33.361)	43.675	-	-	721.783
IPCA	758.031	350.000	-	(38.829)	131.581	-	-	1.200.783
(-) Custo com captação	(14.835)	-	-	-	4.123	(11.569)	-	(22.281)
Marcação a mercado	77.956	-	-	-	-	-	(68.342)	9.614
Total ao custo amortizado	1.662.146	350.000	(129.525)	(72.190)	179.379	(11.569)	(68.342)	1.909.899
Circulante	145.515							191.410
Não circulante	1.516.631							1.718.489

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / Circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias ⁽¹⁾
	2022	2021							
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	-	106.598	15/06/2017	81885 / 81885	IPCA + 5.60% a.a.	jun/22	Final	11,38%	SG
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	101.015	95.704	15/06/2017	73494 / 73494	IPCA + 5.66% a.a.	jun/24	Final	11,44%	SG
Debêntures 7ª Emissão 1ª Série	-	13.338	15/10/2017	10544 / 10544	IPCA + 4.49% a.a.	out/22	Final	10,27%	SG
Debêntures 7ª Emissão 2ª Série	2.625	2.487	15/10/2017	1965 / 1965	IPCA + 4.71% a.a.	out/24	Final	10,49%	SG
Debêntures 7ª Emissão 3ª Série	4.890	4.632	15/10/2017	3657 / 3657	IPCA + 5.11% a.a.	out/27	Final	10,89%	SG
Debêntures 7ª Emissão 4ª Série	-	43.685	15/10/2017	128834 / 128834	107.750% CDI	out/22	Anual a partir de out/20	13,35%	SG
Debêntures 9ª Emissão	495.207	469.059	15/09/2018	385000 / 385000	IPCA + 5.08% a.a.	set/25	Anual a partir de set/23	10,86%	A
Debêntures 10ª Emissão 1ª Série	118.386	118.164	10/06/2019	117500 / 117500	CDI + 0.73% a.a.	jun/24	Final	13,12%	A
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	32.751	32.689	10/06/2019	32500 / 32500	CDI + 1.05% a.a.	jun/29	Anual a partir de jun/27	13,44%	A
Debêntures 11ª Emissão	136.912	133.742	15/02/2020	130000 / 130000	CDI + 0.95% a.a.	fev/23	Final	13,34%	A
Debêntures 12ª Emissão	401.719	393.503	25/08/2020	381354 / 381354	CDI + 2.30% a.a.	ago/25	Anual a partir de ago/23	14,69%	A

Notas Explicativas

Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	72.247	68.431	15/10/2020	60100 / 60100	IPCA + 4.23% a.a.	out/27	Final	10,01%	A
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	84.069	79.628	15/10/2020	69900 / 69900	IPCA + 4.47% a.a.	out/30	Anual a partir de out/28	10,25%	A
Debêntures 14ª Emissão	381.905	360.906	15/10/2021	350000 / 350000	IPCA + 6.09% a.a.	out/31	Anual a partir de out/29	11,87%	A
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	168.533	-	15/04/2022	164.437 / 164.437	IPCA + 6.16% a.a.	abr/29	Anual a partir de abr/27	11,94%	A
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	97.966	-	15/04/2022	95.563 / 95.563	IPCA + 6.28% a.a.	abr/32	Anual a partir de abr/30	12,06%	A
(-) Custo com captação	(24.132)	(22.281)							
Marcação à Mercado de Dívida	(37.263)	9.614							
Total	2.036.830	1.909.899							

(1) A = Aval Energisa S.A., SG = Sem garantia

Condições de covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado ⁽¹⁾	Menor ou igual a: 4,0 em 2021 em diante	
⁽¹⁾ EBTIDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios	Para 12ª, 13ª 15ª emissão o limite é de 4,25x até o vencimento	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 32). Em 31 de dezembro de 2022 as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

Em 31 de dezembro de 2022, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2022
2024	500.112
2025	283.634
2027	138.100
Após 2027	657.270
Total	1.579.116

Em 15 de abril de 2022 a Companhia efetuou a 15ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$260.000 sendo: (i) R\$164.437 referente a 1ª Série com vencimento em 15 de abril de 2029 com remuneração de IPCA mais 6,1566% a.a.; e (ii) R\$95.563 referente a 2ª Série com vencimento em 15 de abril de 2032 com remuneração de IPCA mais 6,2770% a.a. Os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 10 de maio de 2022 e serão destinados ao financiamento futuro dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica de titularidade da Companhia.

Notas Explicativas

20. Impostos e contribuições sociais

	2022	2021 (reapresentado)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS ⁽¹⁾	644.991	548.808
Encargos sociais	9.834	9.814
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.818	1.044
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.035	376
Contribuições ao Pis e a Cofins	43.140	20.304
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.884	2.209
Imposto sobre serviços - ISS	10.048	10.017
Tributos e contribuições retidos na fonte (PIS/COFINS/CSLL)	2.883	2.965
Outros	7.034	7.032
Total	723.667	602.569
Circulante	151.438	200.895
Não Circulante	572.229	401.674

⁽¹⁾ Inclui, R\$509.102 (R\$397.982 em 2021), referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares. Em contrapartida o valor é contabilizado na rubrica de consumidores e concessionárias no ativo não circulante (vide nota explicativa nº 6).

21. Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Em março de 2017 o STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do Pis e da Cofins. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições.

Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente a tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - “O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do Pis e da Cofins”), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado na nota fiscal deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o Pis e a Cofins. Em relação à modulação da decisão, foi definido o dia 15 de março de 2017 como marco de retroatividade da decisão, ressalvadas as ações propostas até aquela data.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69 ainda pendentes de edição.

Em 21 de setembro de 2021, transitou em julgado no Tribunal Regional Federal da 1ª Região decisão favorável o processo nº 0004036-91.2017.4.01.3600, da Companhia.

A Administração da Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores jurídico e tributários, bem como no Despacho nº 246/2021 da Procuradoria da Fazenda Nacional que aprovou o Parecer SEI nº 7.698/2021-ME reconheceu o montante de R\$1.130.620, líquido de honorários devidos aos advogados, consultores e dos tributos incidentes sobre a receita financeira, correspondente a aplicação da variação da taxa Selic sobre o ativo reconhecido. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem utilizados como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico.

O Presidente da República sancionou em 27 de junho de 2022 a Lei 14.385 que disciplinou a devolução de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica.

O art. 3º da referida Lei também prevê que a Aneel deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Notas Explicativas

Para a destinação dos valores acima, a ANEEL considerará, nos processos tarifários, a integralidade do crédito a ser ressarcido em favor da distribuidora de energia elétrica deduzidos dos custos administrativos e tributários correspondentes e a capacidade de compensação desse crédito (pela distribuidora) perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ("RFB").

A destinação dar-se-á nos processos tarifários anuais, iniciadas a partir do mês de julho/2022, após habilitação dos créditos perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ("RFB").

O resumo dos impactos são como segue:

	2022	2021
Saldos em 2021 - passivo não circulante	1.240.973	-
Valores a serem repassados aos Consumidores - Novos Entrantes	-	980.844
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	107.195	273.135
Repasso de custos com honorários, consultoria e tributos	(4.971)	(13.006)
(-) Transferência para passivo financeiro setorial - repasse aos Consumidores ⁽¹⁾	(212.577)	-
Saldos em 2022 e 2021- passivo não circulante	1.130.620	1.240.973

⁽¹⁾ Vide nota explicativa nº 9

22. Encargos setoriais e incorporação de redes particulares

22.1. Encargos setoriais

	2022	2021 (reapresentado)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	12.441	12.441
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT ⁽¹⁾	1.318	1.606
Ministério de Minas e Energia - MME ⁽¹⁾	659	802
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL ⁽¹⁾	6.109	8.750
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D ⁽¹⁾	49.013	51.713
Programa de Eficiência Energética - PEE ⁽¹⁾	63.750	59.984
Total	133.290	135.296
Circulante	107.542	104.341
Não circulante	25.748	30.955

⁽¹⁾ O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa SELIC.

A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE.

Os gastos realizados com os projetos estão registrados na nota explicativa nº 10 - Outros créditos - Ordens de serviços em curso - PEE e P&D até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa. Para os projetos que resultam em bens (tangíveis ou intangíveis), haverá o registro do respectivo valor no ativo intangível/financeiro em contrapartida às obrigações vinculadas à concessão.

22.2. Incorporação de redes

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, os solicitantes, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pela Companhia até o ano em que o atendimento ao

Notas Explicativas

pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Sobre os saldos das incorporações de redes incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros. A partir de 01 de julho de 2022, os valores devidos, passaram a ser atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021.

Segue a movimentação ocorrida nos exercícios:

	2022	2021
Saldo em 2021 e 2020 - circulante	93.922	101.505
Adições	133.166	38.001
Atualização monetária e juros	84.808	31.163
Baixas - pagamentos	(246.034)	(76.747)
Saldo em 2022 e 2021 - circulante	65.862	93.922

23. Provisões para riscos cível, trabalhista, fiscal e regulatório

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, fiscal e regulatória.

23.1. Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	Regulatório	2022	2021
Saldos em 2021 e 2020 - não circulante	3.857	81.164	1.825	7.830	94.676	105.924
Constituições de provisões	3.352	64.215	-	6.699	74.266	26.939
Reversões de provisões	(607)	(34.957)	(1.191)	(8.211)	(44.966)	(4.041)
Pagamentos realizados	(2.717)	(40.445)	(7)	-	(43.169)	(43.172)
Atualização monetária	164	193	71	(2.974)	(2.546)	9.026
Saldos em 2022 e 2021 - não circulante	4.049	70.170	698	3.344	78.261	94.676
Cauções e depósitos vinculados ⁽¹⁾					(12.888)	(12.072)

⁽¹⁾ A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$57.679 (R\$55.107 em 2021). Desse total, R\$44.791 (R\$43.035 em 2021) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Trabalhistas

Notas Explicativas

Os processos de natureza trabalhista referem-se em sua grande maioria a pedidos de horas extras/reflexos e verbas rescisórias atrelados a funcionários próprios, bem como subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) reclamação de consumo; (ii) cobrança por irregularidades; (iii) indenizações por danos materiais/morais, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede, faixas de domínio; (iv) indenização por danos elétricos e (v) inscrição no SERASA.

Fiscais

Nos processos tributários discute-se principalmente o recolhimento de Contribuições Previdenciárias e multa de Procon.

Regulatórios

Refere-se a processos de contingências regulatórias junto à ANEEL, referente descumprimento de preceito regulatório.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

23.2. Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo da movimentação com as perdas possíveis:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	Regulatório	2022	2021
Saldos em 2021 e 2020	23.831	826.277	373.142	30.504	1.253.754	1.936.276
Novos processos	3.899	17.898	38.433	37.716	97.946	75.406
Mudança de prognósticos e valor pedido	(9.643)	43.580	(110.465)	(16.850)	(93.378)	(135.306)
Encerramento de processos	(3.942)	(41.767)	(472)	-	(46.181)	(730.610)
Atualização monetária	1.311	50.044	44.007	2.855	98.217	107.988
Saldos em 2022 e 2021	15.456	896.032	344.645	54.225	1.310.358	1.253.754

Abaixo apresentamos os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

Os processos de natureza trabalhista referem-se em sua grande maioria a pedidos de horas extras/reflexos e verbas rescisórias atrelados a funcionários próprios, bem como subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregado.

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) reclamação de consumo; (ii) cobrança por irregularidades; (iii) indenizações por danos materiais/morais, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede, faixas de domínio; (iv) indenização por danos elétricos e (v) inscrição no SERASA.

Notas Explicativas

Principais processos:

. Ação 1004068-45.2018.4.01.3600 no montante de R\$384.284 (R\$362.619 em 2021) onde autor requer declaração de legalidade e exigibilidade da cobrança de contraprestação pelo uso das faixas de domínio da rodovia concedida à CRO para a implantação de redes de distribuição de energia elétrica, com a condenação da EMT ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas em razão do referido uso, bem como a assinar os contratos pendentes e a apresentar o projeto executivo da área de ocupação.

. Ação de indenização 17436-75.2014.811.0041, no montante de R\$88.940 (R\$83.926 em 2021), ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais, fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.

. Ação de indenização 54570-73.2013.811.0041, no montante de R\$50.402 (R\$47.560 em 2021), objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

. Ação de indenização 13549-66.2015.811.0003, no montante de R\$43.532 (R\$41.078 em 2021), onde se discute matéria relacionada a danos morais e materiais.

. Ação de indenização 1005691-76.2017.8.11.0041, no montante de R\$36.186 (R\$34.146 em 2021), onde se discute matéria relacionada a cláusulas contratuais.

Fiscais

As ações de natureza tributária, referem-se basicamente, aos seguintes objetos: (i) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (ii) imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) na figura de substituto tributário e (iii) imposto de renda e obrigação acessória junto à Receita Federal do Brasil.

Principais processos:

. Processo nº 14094.720008/2018-36, no montante de R\$94.515 (R\$87.017 em 2021) relacionado a não homologação das alterações realizadas nas DCTF do período de 2014 a 2016.

. Processo 0010774-95.2017.4.01.3600, no montante de R\$135.553 (R\$120.997 em 2021), envolvendo discussão sobre execução fiscal proposta pela União Federal, em razão da exclusão da empresa no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, ocorrido em 2011, com a respectiva perda dos benefícios concedidos.

. Ação Administrativa 59994/2012, no montante de (R\$87.841 em 2021), relacionado à concessão de benefício fiscal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços-ICMS do Estado do Mato Grosso, teve o prognóstico alterado de possível para remoto, em razão de decisão em segunda instância que afastou as penalidades e pedidos de ressarcimento a todos os responsáveis condenados solidariamente.

Regulatórios

Processos de contingências regulatórias junto à ANEEL decorrem principalmente de penalidade aplicada em razão de Autos de Infração oriundos de fiscalizações.

. Processo administrativo 48500.000719/2022, no montante de R\$38.901, recebido em agosto de 2022, envolvendo discussão sobre limites regulatórios para indicadores de DEC e FEC.

24. Outros passivos

	2022	2021
Adiantamento de consumidores	34.834	21.293
Encargos tarifários	3.403	3.403
Participações empregados e administradores	9.072	8.860
Convênio de arrecadação	1.091	1.046
Entidades seguradoras - prêmios de seguros	3.251	2.318
Ressarcimento EBP - Salto Paraíso ⁽¹⁾	60.658	44.759
Ressarcimento Sistema PCH Rio Claro ⁽²⁾	14.664	-
Folha de pagamento	3.470	7.170
Bônus de redução voluntária de consumo ⁽³⁾	2.266	69.345
Transferência de ativos - Global Energia Elétrica S/A	10.468	10.468

Notas Explicativas

Retenção de caução contratual	5.688	11.387
Parcelamentos de multas regulatórias	6.861	1.399
Outras contas a pagar	23.236	32.246
Total	178.962	213.694
Circulante	98.612	143.745
Não circulante	80.350	69.949

- (1) Ressarcimento EBP - Salto Paraíso - refere-se à incorporação da conexão das usinas na SE Salto Paraíso com ressarcimento a ser pago pela Companhia a EBP (Enel Brasil Participações) por meio de compensação com crédito decorrente do contrato de uso do sistema de distribuição ("CUSD"). O saldo é atualizado mensalmente com aplicação da variação do índice IPCA com liquidações mensais, iniciadas em junho de 2018.
- (2) Ressarcimento Sistema PCH Rio Claro - refere-se ao ressarcimento de ativos elétricos com a incorporação da LD 138KV Coletora Rio Claro no montante de R\$22.000, a ser pago à Hidroelétrica Rio Claro Ltda, em 6 parcelas, tendo sido iniciado o pagamento em outubro/22.
- (3) Refere-se ao Programa de incentivo a redução voluntário de consumo de energia elétrica, vide nota explicativa nº 8.4.

25. Patrimônio líquido

25.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$1.677.113 (R\$1.677.113 em 2021) e está representado por 75.529.774 (75.529.774 em 2021) ações ordinárias e 143.412.165 (143.412.165 em 2021) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 150.000.000 ações ordinárias e 300.000.000 ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração à deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

As ações preferenciais possuem as seguintes características:

- (i) sem direito a voto;
- (ii) prioridade no caso de reembolso do capital, sem prêmio;
- (iii) prioridade na distribuição de dividendos mínimos, não cumulativos, de 10% (dez por cento) ao ano sobre o capital próprio atribuído a essa espécie de ações, dividendo a ser entre elas rateado igualmente;
- (iv) direito de participar - depois de atribuído às ações ordinárias dividendo igual ao mínimo previsto no inciso "III" supra - da distribuição de quaisquer dividendos ou bonificações, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

As ações preferenciais sem direito de voto, adquirirão o exercício desse direito se a Companhia, durante três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até que passe a efetuar o pagamento de tais dividendos.

A transferência de propriedade das ações nominativas só poderá ser efetuada no escritório central da Companhia. O desdobramento de títulos múltiplos será efetuado a preço não superior ao custo.

25.2. Reserva de capital

	2022	2021
Incentivos fiscais de Reinvestimentos ⁽¹⁾	18.141	1.587
Programa de remuneração variável (ILP) ⁽²⁾	4.645	3.732
Total	22.786	5.319

- (1) Incentivos fiscais de Reinvestimentos - instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 5.508/1968, modificado pela Lei nº 8.167/1991, Lei nº 9.532/1997 e Medida Provisória nº 2.199/2014 que permite às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infra-estrutura e turismo o reinvestimento correspondente a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela (50% desses 30%) de Recursos Próprios. Os incentivos fiscais de Reinvestimento de 30% do IRPJ concedidos pela SUDAM à Companhia submetem-se às normas estabelecidas no Manual de Incentivos Fiscais da SUDAM, segundo o qual a incorporação dos recursos ao capital social da empresa deve ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que

Notas Explicativas

houve a emissão do ofício de liberação pela SUDAM, de forma que a Companhia deverá proceder, quando for o caso, a distribuição de ações ou quotas aos acionistas ou sócios, na forma estabelecida na legislação.

- (2) Programa de remuneração variável (ILP) - refere-se à implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) (vide nota explicativa nº 11).

25.3. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

25.4. Reserva de lucros - reserva de incentivo fiscal (imposto de renda / reinvestimentos)

A Companhia por atuar no setor de infraestrutura na região Centro Oeste, obteve a redução (75% do imposto calculado sobre o lucro da exploração) do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo nº 635, do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (Novo Regulamento do Imposto de Renda).

Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo da SUDAM nº 114/2014 - Ato Declaratório Executivo nº 17 - DRF/CBA de 02 de fevereiro de 2015, que impôs algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou aumentar capital, e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte, com aprovação em AGO/AGE;
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a atividade de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Companhia.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reserva de lucros - reserva de incentivo fiscal (imposto de renda). No exercício de 2022 a Companhia apurou R\$188.324 (R\$215.844 em 2021) de redução de imposto de renda e adicionais.

Em 2022 foram apurados R\$10.586 referente ao Incentivo fiscal de Reinvestimentos, correspondente a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela de 50% de Recursos Próprios.

25.5. Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$302.802 foi destinado para a reserva de retenção de lucros, com base no orçamento de capital, aprovado pelo Conselho de Administração e na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2020. Nos exercícios de 2021 e 2020, não houve destinação para essa reserva.

Em 31 de dezembro de 2022 foi utilizado o montante de R\$218.253 do saldo da reserva de retenção de lucros, para absorção do prejuízo acumulado de 2021, oriundo da efeitos da reapresentação detalhada na nota explicativa 3.3.

25.6. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício (*)	1.190.704	1.133.395
Reserva legal (5%)	(59.535)	(56.670)
Realização da reserva de reavaliação líquida de tributos	10.132	11.582
Reserva de redução de incentivo fiscal (imposto de renda / reinvestimentos)	(198.910)	(215.844)

Notas Explicativas

Lucro líquido ajustado	942.391	872.463
Dividendos obrigatórios (25%)	235.598	218.116
. Valores pagos em 25 de agosto de 2022 - R\$1,199472527340 (Valores pagos em 27 de agosto de 2021- R\$2,204350319940) por ação preferencial ⁽¹⁾	262.615	482.625
. Valores pagos em 25 de novembro de 2022 - R\$1,43 (Valores pagos em 09 de dezembro de 2021 - R\$0,87016458879) por ação preferencial ⁽¹⁾	313.087	190.515
. Dividendos adicionais propostos - correspondem a R\$1,67481658 (R\$0,91039385099 em 2021) por a ação ordinária e R\$ R\$1,67481657650797 (R\$0,91039385099 em 2021) por ação preferencial ⁽²⁾	366.689	199.323
Total dos dividendos	942.391	872.463
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	100%

⁽¹⁾ O lucro líquido do exercício em 2021 foi reapresentado conforme nota explicativa 3.3

⁽¹⁾ Os dividendos antecipados aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração de 10 de agosto e 09 de novembro de 2022, foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 30 de junho e 30 de setembro de 2022, respectivamente.

⁽²⁾ Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

25.7. Outros resultados abrangentes

Refere-se à contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação realizada nos exercícios:

	2022	2021
Saldo em 2021 e 2020	(42.037)	(73.191)
Ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	10.538	47.204
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	(3.583)	(16.050)
Saldo em 2022 e 2021	(35.082)	(42.037)

26. Receita operacional

	2022			2021 (reapresentado)		
	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	1.289.692	3.378.410	3.272.950	1.220.172	3.293.501	3.191.999
Industrial	17.252	578.677	555.099	17.804	567.577	559.458
Comercial	102.160	1.354.977	1.330.281	99.884	1.403.442	1.438.976
Rural	173.320	1.281.973	1.104.690	204.065	1.324.975	1.042.228
Poder público	12.973	416.600	393.209	12.571	348.430	328.409
Iluminação pública	754	389.808	231.239	672	414.026	265.387
Serviço público	1.518	163.324	142.891	1.521	165.500	147.116
Consumo próprio	308	9.705	-	308	9.536	-
Subtotal	1.597.977	7.573.474	7.030.359	1.556.997	7.526.987	6.973.573
Suprimento de energia a concessionárias	-	1.000.330	132.454	-	1.636.356	392.153
Fornecimento não faturado líquido	-	28.034	92.615	-	(18.686)	87.087
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	511	-	910.494	433	-	836.991
Bônus de redução voluntária de consumo	-	-	-	-	-	(69.345)
Bônus - Reembolso do Fundo CDE	-	-	-	-	-	69.345
Receita de construção da infraestrutura ⁽¹⁾	-	-	950.663	-	-	557.084

Notas Explicativas

Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	-	-	-	-	-	(980.844)
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	-	-	-	-	-	980.844
Penalidades Regulatórias	-	-	(63.311)	-	-	(35.705)
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	240.785	-	-	353.014
Constituição e amortização - CVA ativa e passiva	-	-	388.074	-	-	985.269
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	445.955	-	-	387.810
Outras receitas operacionais	-	-	56.848	-	-	47.653
Total - receita operacional bruta	1.598.488	8.601.838	10.184.936	1.557.430	9.144.657	10.584.929
Deduções da receita operacional:						
ICMS	-	-	1.359.220	-	-	1.955.075
PIS	-	-	127.287	-	-	140.200
COFINS	-	-	586.292	-	-	645.767
ISS	-	-	647	-	-	445
Deduções bandeiras tarifárias - CCRBT	-	-	-	-	-	(25.853)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	23.843	-	-	25.092
Encargos do consumidor - PROCEL	-	-	5.962	-	-	6.273
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	909.451	-	-	613.856
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	11.922	-	-	12.546
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	11.922	-	-	12.546
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	5.962	-	-	6.273
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	10.572	-	-	8.968
Total - deduções da receita operacional			3.053.080			3.401.188
Total - receita operacional líquida	1.598.488	8.601.838	7.131.856	1.557.430	9.144.657	7.183.741

(1) Receita de construção da infraestrutura - está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção das obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

27. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Natureza do gasto	Custo do serviço			Despesas Operacionais	Total	
	com energia elétrica	de operação	Prestado a terceiros	Gerais e Administrativas	2022	2021
Energia elétrica comprada para revenda	2.665.450	-	-	-	2.665.450	3.590.779
Encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição	518.517	-	-	-	518.517	461.546
Pessoal e administradores	-	127.336	38	88.613	215.987	213.295
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	1.386	1.386	1.771
Benefícios pós emprego	-	3.668	-	6.909	10.577	17.023
Material	-	50.579	-	9.363	59.942	51.971
Serviço de terceiros	-	164.455	324	141.955	306.734	254.626
Amortização e depreciação	-	224.330	-	17.747	242.077	232.390
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PECLD	-	153.513	-	-	153.513	77.097
Provisão (Reversão) de provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	-	28.459	28.459	(20.274)
Custo de construção da infraestrutura	-	-	950.663	-	950.663	557.084
Outros ⁽¹⁾	-	30.583	-	24.964	55.547	70.519
Total	3.183.967	754.464	951.025	319.396	5.208.852	5.507.827

(1) Inclui no custo de serviço de operação R\$14.178 (R\$13.823 em 2021) referente a reembolso de geração térmica conforme Lei 12.111/2009.

Notas Explicativas**Energia elétrica comprada para revenda**

	MWH ⁽¹⁾		R\$	
	2022	2021	2022	2021
Energia de Itaipú - Binacional	1.491.925	1.451.970	440.937	638.477
Energia de leilão	3.457.475	3.582.578	799.603	996.410
Energia bilateral	2.616.191	3.141.422	967.819	999.222
Cotas de Angra	278.629	276.460	95.486	67.962
Energia de curto prazo - CCEE ⁽²⁾	15.488	-	118.309	746.001
Cotas Garantia Física	2.162.706	2.107.940	290.748	412.323
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	179.710	186.512	131.009	84.245
Energia de reserva - ERR	-	-	118.418	30.515
Reembolso CCC	-	-	(35.240)	(30.501)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(261.639)	(353.875)
Total	10.202.124	10.746.882	2.665.450	3.590.779

⁽¹⁾ Informações fora do escopo dos auditores independentes.

⁽²⁾ Inclui demais custos, sendo os efeitos da CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, encargos de serviços do sistema e de energia reserva.

28. Outros resultados

	2022	2021
Outras receitas:		
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	12.338	10.768
Resultado com cessão de crédito de FIDC ⁽¹⁾	-	24.162
Outras	2.592	-
	14.930	34.930
Outras despesas:		
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(54.114)	(74.258)
Efeitos oriundos a adesão ao REFIS - ICMS Demanda	-	(89.350)
Outras	(5.348)	(4.636)
	(59.462)	(168.244)
Total	(44.532)	(133.314)

⁽¹⁾ **Cessão de créditos inadimplidos para Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento:** em janeiro de 2021, a Companhia realizou cessão de créditos inadimplidos, de forma definitiva, sem coobrigação e sem direito de regresso, para os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP) Nevasca, Planície e Névoa, os quais tem como cotista o Fundo de Investimento em Cotas (FIC - FIDC) com participação do Banco BTG Pactual e da controladora Energisa S/A. A valoração dos créditos para a cessão a valor justo para os FIDC-NPs foi realizada conforme Laudo de Avaliação elaborado por consultores independentes. A metodologia adotada para a precificação dos créditos inadimplidos foi a do fluxo de caixa descontado, sendo que os valores nominais dos créditos foram ajustados conforme a recuperação estimada para cada um dos FIDC-NPs.

29. Receitas e despesas financeiras

	2022	2021
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	69.507	20.230
Variação monetária e acréscimos moratórios de energia vendida	124.261	139.600
Juros ativos	5.776	11.286
Ajuste a valor presente	518	464
Atualização financeira - Ativos financeiros setoriais	45.376	30.830
Atualização monetária de depósitos judiciais	2.701	1.869
Tributos sobre receitas financeiras - PIS/COFINS	(16.780)	(23.659)
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS	107.166	273.387
Outras receitas financeiras	6.069	31.596
Total das receitas financeiras	344.594	485.603
Despesas financeiras:		
Encargos de dívidas - juros	(332.063)	(206.173)
(-) Transferência para ordens em curso	8.055	4.179

Notas Explicativas

Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(21.603)	(169.414)
Juros e multas	(1.626)	(16.180)
Marcação a mercado de dívidas	64.576	75.330
Marcação a mercado de derivativos	(69.041)	(87.141)
Instrumentos financeiros derivativos	(223.395)	128.801
Ajuste a valor presente	(6.652)	(13.007)
Atualização projetos PEE - P&D	(3.625)	(1.738)
Juros de incorporação de redes	(84.808)	(31.163)
Atualização monetária de provisão para risco	2.546	(9.026)
Benefício pós-emprego - Plano de saúde	(9.792)	(8.209)
Atualização financeira - Passivos financeiros setoriais	(25.517)	(13.044)
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS	(107.195)	(273.135)
Correção monetária ICMS Demanda	-	(134.488)
Outras despesas financeiras	(11.949)	(34.353)
Total das despesas financeiras	(822.089)	(788.761)
Despesas financeiras líquidas	(477.495)	(303.158)

30. Lucro por ação

	Exercícios findos em:	
	2022	2021 (reapresentado)
Numerador		
Lucro líquido do exercício		
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	805.190	686.743
Lucro disponível aos acionistas ordinárias	385.514	328.802
	1.190.704	1.015.545
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações preferenciais	143.412	143.412
Média ponderada de número de ações ordinárias	75.530	75.530
	218.942	218.942
Lucro líquido e diluído básico por ação em Reais R\$: ⁽¹⁾		
Ação preferencial	5,61453	4,78860
Ação ordinária	5,10411	4,35327

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor.

31. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância segurada	Prêmio anual	
			2022	2021
Seguro de proteção de dados e responsabilidade cibernética	25/08/2023	25.000	338	-
Riscos operacionais	22/12/2023	90.000	1.672	1.272
Responsabilidade civil geral	23/11/2023	90.000	1.134	896
Auto frota	23/10/2023	Até 1.110/veículos	187	137
Vida em grupo e acidentes pessoais	31/01/2024	140.386	400	393
Transporte nacional	04/04/2023	Até 5.000/viagem	37	43
Riscos diversos (RD) equipamentos	14/02/2024	10.000	36	-
Responsabilidade civil administradores e diretores (D&O)	05/03/2024	75.000	98	93
Responsabilidade do Explorador ou Transporte Aéreo - RETA (Drones)	12/01/2024	1.061/drone	4	2
			3.906	2.836

Notas Explicativas

32. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função de a Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no exercício foram de R\$240.785 (R\$353.014 em 2021), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

ATIVO	Nível	2022		2021 (reapresentado)	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		154.900	154.900	77.274	77.274
Consumidores e concessionárias		2.069.542	2.069.542	1.900.758	1.900.758
Títulos de crédito a receber		8.102	8.102	7.756	7.756
Ativos financeiros setoriais		324.332	324.332	816.963	816.963
		2.556.876	2.556.876	2.802.751	2.802.751
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	617.589	617.589	326.756	326.756
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	4.825.060	4.825.060	3.884.108	3.884.108
Instrumentos financeiros derivativos	2	276.278	276.278	406.750	406.750
		5.718.927	5.718.927	4.617.614	4.617.614

PASSIVO	Nível	2022		2021	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor Justo
Custo amortizado					
Fornecedores		469.816	469.816	663.640	663.640
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		4.973.038	4.983.888	4.550.703	4.565.213
Arrendamentos operacionais		2.548	2.548	4.073	4.073
Passivos financeiros setoriais		421.707	421.707	372.084	372.084
		5.867.109	5.877.959	5.590.500	5.605.010
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	198.516	198.516	103.006	103.006
		198.516	198.516	103.006	103.006

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

Notas Explicativas

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como hedge accounting. Em 31 de dezembro de 2022 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de *hedge* de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como *hedge* de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o *hedge* foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge foi impactado em R\$46.877 (R\$68.342 em 2021) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no exercício, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 30 de dezembro de 2022, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Em 2022, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$17.699 (R\$6.988 em 2021) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Incertezas

Os valores foram estimados na data das demonstrações financeiras, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

Notas Explicativas

O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

	2022	2021 (reapresentado)
Dívida ⁽¹⁾	4.973.038	4.550.703
Caixa e equivalentes de caixa	(154.900)	(77.274)
Dívida líquida	4.818.138	4.473.429
Patrimônio líquido	3.099.193	2.659.092
Índice de endividamento líquido	1,55	1,68

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18 e 19.

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados considerando os vencimentos contratuais futuros. Não é esperado que possa ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		435.698	-	-	-	34.118	469.816
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	14,45%	559.521	978.360	2.448.288	555.163	2.175.917	6.717.249
Instrumentos Financeiros							
Derivativos		111.931	56.742	(105.324)	(23.599)	(117.512)	(77.762)
Total		1.107.150	1.035.102	2.342.964	531.564	2.092.523	7.109.303

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa.

O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

Notas Explicativas

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras, são como segue:

	Nota	2022	2021 (reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	154.900	77.274
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	617.589	326.756
Consumidores e concessionárias	6	2.069.542	1.900.758
Títulos de crédito a receber	-	8.102	7.756
Ativos financeiros setoriais	9	324.332	816.963
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	4.825.060	3.884.108
Instrumentos financeiros derivativos	32	276.278	406.750

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 18, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com queda de 6,50% sobre 31 de dezembro de 2021, cotado a R\$5,2177 / USD. A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2022 era de 16,00%, enquanto em 31 de dezembro de 2021 foi de 10,79%. A taxa de câmbio do euro encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com queda de 11,89% sobre 31 de dezembro de 2021, cotado a R\$5,5694/Euro. A volatilidade do Euro era de 16,93% em 31 de dezembro de 2022.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em dezembro de 2022, excluídos os efeitos dos custos com captação de R\$4.998.261 (R\$4.574.510 em 2021), R\$1.779.911 (R\$987.164 em 2021) estão representados em moeda estrangeira.

Os empréstimos em moeda estrangeira têm custos e vencimentos conforme apresentado na nota explicativa nº18.

No exercício de 2022, a marcação a mercado e os instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação das moedas estrangeiras, se apresentam conforme segue:

	2022	2021
Ativo circulante	26.066	156.374
Ativo não circulante	250.212	250.376
Total do ativo	276.278	406.750
Passivo circulante	194.739	103.006
Passivo não circulante	3.777	-
Total do passivo	198.516	103.006

Notas Explicativas

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de *hedge* e não reflete a expectativa da Administração.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar e ao euro, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (moeda estrangeira)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Citibank	11.598	(LIBOR + 0,60%) x 117,647%	CDI + 0,65%	13/02/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	23.432	USD + 1,4200%	CDI + 1,65%	17/06/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America	45.875	USD + 2,00%	CDI + 1,50%	01/09/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	20.000	(LIBOR + 1,18%) x 117,647%	CDI + 1,63%	28/08/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America	24.876	EUR + 1,7459%	CDI + 1,60%	14/02/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - J.P. Morgan	58.525	USD + 3,5765%	CDI + 1,55%	18/03/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	20.619	(SOFR + 1,00%) x 117,647%	CDI + 1,40%	25/03/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Santander	17.682	USD + 3,20%	CDI + 1,60%	27/02/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	49.201	USD + 6,1785%	CDI + 1,40%	21/10/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - J.P. Morgan	30.000	USD + 7,5412%	CDI + 1,30%	16/11/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America	38.531	USD + 6,670%	CDI + 1,45%	05/12/2024	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú BBA x EMT	73.494	IPCA + 5,6601%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x EMT	1.965	IPCA + 4,7110%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x EMT	3.657	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú x EMT	385.000	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x EMT	73.311	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,78%	15/04/2024	Fair Value Hedge
Bank of America x EMT	64.107	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	15/10/2026	Fair Value Hedge
Itaú x EMT	181.887	IPCA + 4,8800%	CDI + 0,02%	15/10/2026	Fair Value Hedge
BR Partners x EMT	350.000	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,02%	15/10/2031	Fair Value Hedge
BR Partners x EMT	164.437	IPCA + 6,1566%	CDI + 0,717%	15/04/2029	Fair Value Hedge
BR Partners x EMT	95.563	IPCA + 6,2770%	CDI + 0,880%	15/04/2032	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores foram contabilizados como “*fair value option*”, vigentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Dívida designada para “Fair Value Option”	1.782.943	819.700	Moeda Estrangeira	(1.735.873)	(987.106)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira	1.783.880	987.106
Swap Cambial (Derivativo)	1.782.943	819.700	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(1.821.273)	(824.136)
			Posição Líquida Swap	(37.393)	162.970
			Posição Líquida Dívida + Swap	(1.773.266)	(824.136)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como *hedge* de valor justo (“*fair value hedge*”), conforme demonstrado abaixo:

Notas Explicativas

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Dívida (Objeto de Hedge) ⁽¹⁾	1.393.421	1.225.849	Taxa Pré-Fixada	(1.215.973)	(1.061.409)
			Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	1.555.482	1.390.363
Swap de Juros	1.393.421	1.225.849	Posição Passiva		
(Instrumento de Hedge)			Taxa de Juros CDI	(1.440.327)	(1.249.589)
			Posição Líquida Swap	115.155	140.774
			Posição Líquida Dívida + Swap	(1.100.818)	(920.635)

⁽¹⁾ Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo, conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de moedas estrangeiras também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2022, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira	(1.782.943)		(1.525.008)	(1.906.495)	(2.287.981)
Variação Dívida			257.935	(123.552)	(505.038)
Swap Cambial		Alta USD			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.783.880		1.525.945	1.907.432	2.288.918
Variação			(257.935)	123.552	505.038
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(1.821.273)		(1.821.273)	(1.821.273)	(1.821.273)
Variação - Taxa de Juros CDI			-	-	-
Subtotal	(37.393)		(295.328)	86.159	467.645
Total Líquido	(1.820.336)		(1.820.336)	(1.820.336)	(1.820.336)

⁽¹⁾ O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Notas Explicativas

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefi-xada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2022, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$1.820.336 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do câmbio, de 25% e 50%, o valor presente seria negativo de R\$1.820.336 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2022, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(1.393.421)		(1.393.421)	(1.393.421)	(1.393.421)
Variação Dívida	-		-	-	-
Swap de Juros		Alta CDI			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros	1.555.482		1.555.482	1.555.482	1.555.482
Derivativos - Taxa Pré					
Variação	-		-	-	-
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros	(1.440.327)		(1.440.327)	(1.566.723)	(1.691.265)
Derivativos - CDI					
Variação	-		-	(126.396)	(250.938)
Subtotal	115.155		115.155	(11.241)	(135.783)
Total Líquido	(1.278.266)		(1.278.266)	(1.404.662)	(1.529.204)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2022 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	694.133	Alta do CDI	85.031	106.289	127.547
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(1.821.273)	Alta do CDI	(223.106)	(278.883)	(334.659)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(1.145.538)	Alta do CDI	(140.328)	(175.410)	(210.492)
	(1.704.652)	Alta do IPCA	(98.529)	(123.161)	(147.794)
	(13.967)	Alta do INPC	(828)	(1.035)	(1.242)
	(354.193)	Alta do TR	(5.773)	(7.216)	(8.660)
Subtotal ⁽²⁾	(5.039.623)		(468.564)	(585.705)	(702.847)
Total (Perdas)	(4.345.490)		(383.533)	(479.416)	(575.300)

⁽¹⁾ Considera o CDI de 31 de dezembro de 2023 (12,25% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2022, IPCA 5,78% ao ano, INPC 5,93% ao ano e TR 1,63% ao ano.

⁽²⁾ Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$41.362.

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Notas Explicativas**33. Benefícios pós-emprego**

Os saldos registrados no passivo relacionados a benefício pós-emprego compõem-se de:

	Nota explicativa	2022	2021
Contrato Migração - Plano CD	18	12.260	6.779
Contrato de equacionamento do déficit - Planos BD-I e R	18 e 33.1	1.707	2.189
Provisão atuarial - Previdência	33.1	1.362	9.578
Provisão atuarial - Saúde	33.2	104.384	97.443
Total		119.713	115.989
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18	13.967	8.968
Benefícios pós-emprego	33	105.746	107.021

33.1. Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de 5 planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, um na modalidade de benefício definido, dois planos de contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a um plano de contribuição variável e um plano de contribuição definida, estando apenas esse último aberto ao ingresso de novos participantes. Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

A administração dos planos previdenciários é realizada pela Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

A contribuição da patrocinadora para os planos de benefícios previdenciários durante o exercício de 2022 foi de R\$5.972 (R\$4.707 em 2021). Os planos de benefício patrocinados pela Companhia junto à Energisaprev são como segue:

a. Plano de Benefícios CEMAT BD-I:

Instituído em 1 de agosto de 1986, encontra-se em extinção desde 31 de dezembro de 1998, quando foi fechada a adesão de novos participantes. Assegura benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/idade, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pelas Patrocinadoras.

b. Plano de Benefícios R:

Instituído em 12 de janeiro de 2007, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de benefício definido. Assegura os seguintes benefícios:

- Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- Suplementação do auxílio-doença;
- Suplementação da pensão por morte; e
- Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido.

Para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento da Deliberação CVM 695/2012, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais das despesas com contribuições, dos custos e do ativo do Plano de Benefícios-R, por empresa patrocinadora.

c. Plano de Benefício CEMAT-OP:

Notas Explicativas

Instituído em 1º de janeiro de 1999, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de contribuição variável.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida, podendo o Participante optar por Renda Mensal Financeira ou Renda Mensal Vitalícia, esta última vinculada ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do Participante.

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nessa fase considerada Benefício Definido.

O custeio do plano é feito pelos Participantes (90%) e pela Patrocinadora (10%).

d. Plano Energisa Sudeste:

É um plano de contribuição variável, e o ingresso de novos participantes foi vedado quando da aprovação pela PREVIC do novo regulamento proposto pelo Conselho Deliberativo em 08 de novembro de 2019.

e. Plano Energisa CD:

O plano de benefícios Energisa CD, por ser de modalidade contribuição definida puro, tem seus benefícios de riscos totalmente terceirizados com seguradora e não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício definido no âmbito do CPC 33.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a composição de participantes e beneficiários do plano é como segue:

Participantes e beneficiários	2022	2021
Ativos	2.012	1.826
Autopatrocinados	4	5
BPD	23	17
Assistidos	455	299
Total	2.494	2.147

Migração entre planos

Em 2022, 2021 e 2020 foram realizados movimentos de migração de participantes dos planos CEMAT BD-I / CEMAT-OP / Plano R para o Plano Energisa CD. Esse processo foi autorizado pelo regulador PREVIC, através da Portaria 467, de 02 de julho de 2020. A migração aconteceu em quatro tranches, sendo elas em dezembro/2020, julho/2021, novembro/2021 e julho/2022. O quadro a seguir apresenta o percentual de participantes que migraram de cada plano por tranche:

Plano	1º Tranche		2º Tranche		3º Tranche		4º Tranche		ACUMULADO	
	ATIVO	ASSISTIDO	ATIVO	ASSISTIDO	ATIVO	ASSISTIDO	ATIVO	ASSISTIDO	ATIVO	ASSISTIDO
Cemat BD	0%	31%	0%	7%	0%	7%	0%	40%	0%	85%
Cemat OP	0%	51%	0%	3%	0%	6%	0%	20%	0%	79%
Cemat OP + R	56%	0%	23%	0%	13%	0%	3%	0%	95%	0%
Plano R	33%	24%	0%	11%	0%	6%	0%	25%	33%	67%

Notas Explicativas

33.1.1. Situação financeira dos planos de benefícios definidos - avaliação atuarial

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação:

a. Número de participantes/beneficiários:

	2022			2021		
	BD-I	OP ⁽¹⁾	R	BD-I	OP ⁽¹⁾	R
Número Ativos	-	-	60	1	-	121
Número Aposentados	5	33	8	38	77	15
Número Beneficiários Pensionistas	14	18	13	36	28	20

⁽¹⁾ No plano Elétricas OP, os participantes ativos e determinados assistidos não foram avaliados, tendo em vista características do plano de capitalização financeira.

b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

	2022			2021		
	BD-I	OP	R	BD-I	OP	R
I - Tábuas Biométricas ⁽¹⁾						
Tábua de Mortalidade ⁽²⁾	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (Frac)	Não Aplicável	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	Não Aplicável	LIGHT (Frac)
Tábua de Inválidos ⁽²⁾	MI-85	Não Aplicável	MI-85	MI-85	Não Aplicável	MI-85
II - Variáveis Econômicas						
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	6,26%	6,26%	6,26%	5,31%	5,31%	5,31%
Expectativa de Inflação Futura ⁽³⁾	5,00%	5,00%	5,00%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	11,57%	11,57%	11,57%	10,05%	10,05%	10,05%
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	11,57%	11,57%	11,57%	10,05%	10,05%	10,05%
Taxa de Rotatividade	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Taxa de Crescimento Salarial	8,02%	Não Aplicável	8,02%	7,51%	Não Aplicável	7,51%
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Índice do Plano	INPC/IBGE	INPC e variação da Cota	INPC/IBGE	INPC/IBGE	INPC e variação da Cota	INPC/IBGE
Regime Financeiro de Capitalização	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
III - Tábua de anuidade de pensão						
Composição Familiar (Ativos)	Família Média Padrão	Não Aplicável	Família Média Padrão	Família Média Padrão	Não Aplicável	Família Média Padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real

⁽¹⁾ Relatório de Estudo de Aderência Biométrico.

⁽²⁾ Tábuas específicas por sexo.

⁽³⁾ Relatório de Boletim FOCUS.

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo o CPC33 (R1).

Notas Explicativas

O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários.

As remensurações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

c. Conciliação da posição dos planos

A seguir apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e obrigações dos planos de aposentadoria e pensão da Companhia:

	2022				2021			
	BD-I	OP	R	TOTAL	BD-I	OP	R	TOTAL
Valor justo dos ativos em 2021 e 2020	22.690	54.359	20.878	97.927	31.204	81.342	27.542	140.088
Ganhos/(Perdas) dos ativos	2.161	(3.920)	480	(1.279)	(1.363)	(21.876)	(2.702)	(25.941)
Retorno esperado dos ativos do plano	2.177	5.269	2.011	9.457	1.763	4.997	1.849	8.609
Contribuições do empregador	394	-	345	739	369	-	233	602
Contribuições dos participantes	240	-	5	245	497	-	1	498
Benefícios pagos	(2.552)	(2.667)	(1.457)	(6.676)	(3.192)	(3.934)	(1.912)	(9.038)
Custo do serviço passado (encurtamento)	(21.311)	(29.978)	(12.060)	(63.349)	(6.588)	(6.170)	(4.133)	(16.891)
Valor justo dos ativos em 2022 e 2021	3.799	23.063	10.202	37.064	22.690	54.359	20.878	97.927

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Obrigação	2022				2021			
	BD-I	OP	R	TOTAL	BD-I	OP	R	TOTAL
Valor presente das obrigações em 2021 e 2020	26.411	49.734	28.924	105.069	42.830	71.884	37.781	152.495
Custo do serviço corrente	-	-	14	14	-	-	111	111
Custo dos juros	2.551	4.804	2.820	10.175	2.423	4.400	2.541	9.364
Contribuições de participantes	240	-	5	245	497	-	1	498
(Ganhos)/Perdas atuariais	(977)	(798)	(3.348)	(5.123)	(9.538)	(17.313)	(7.919)	(34.770)
Benefícios pagos	(2.552)	(2.667)	(1.457)	(6.676)	(3.192)	(3.934)	(1.912)	(9.038)
Custo do serviço passado (encurtamento)	(22.862)	(31.254)	(13.687)	(67.803)	(6.609)	(5.303)	(1.679)	(13.591)
Valor presente das obrigações em 2022 e 2021	2.811	19.819	13.271	35.901	26.411	49.734	28.924	105.069

Posição Líquida dos planos	2022				2021			
	BD-I	OP	R	TOTAL	BD-I	OP	R	TOTAL
Valor justo dos ativos	3.799	23.063	10.202	37.064	22.690	54.359	20.878	97.927
Valor presente das obrigações	(2.811)	(19.819)	(13.271)	(35.901)	(26.411)	(49.734)	(28.924)	(105.069)
Posição líquida	988	3.244	(3.069)	1.163	(3.721)	4.625	(8.046)	(7.142)
Limite do Ativo	(988)	(3.244)	-	(4.232)	-	(4.625)	-	(4.625)
Déficit passível de reconhecimento	-	-	(3.069)	(3.069)	(3.721)	-	(8.046)	(11.767)

Valor líquido reconhecido nas demonstrações financeiras:

Movimentação dos Saldos	2022	2021
Posição líquida em 2021 e 2020	11.767	21.865
Efeito em Outros Resultados Abrangentes - ORA	(5.979)	(13.392)
Contribuição do empregador	(739)	(602)
Impacto decorrente de redução no plano (encurtamento)	1.927	6.995
Transferência de dívida entre plano (BD-CD)	(5.104)	(4.562)

Notas Explicativas

Efeito no resultado do exercício	1.197	1.463
Posição líquida em 2022 e 2021	3.069	11.767
Circulante	362	1.197
Não Circulante	2.707	10.570

Demonstração das despesas a serem realizadas no exercício de 2023, segundo os critérios do CPC 33 (R1) é como segue:

	2023
Custo do serviço corrente	7
Custo dos juros	1.487
Retorno dos Ativos do Plano	(1.132)
Total da despesa a ser reconhecida	362

d. Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos

	2022			2021		
	BD-I	OP	R	BD-I	OP	R
Investimentos:						
Títulos públicos	78,13%	66,76%	67,48%	74,18%	80,60%	73,09%
Créditos privados e depósitos	5,53%	2,87%	2,47%	7,42%	4,98%	4,43%
Fundos de investimento	15,05%	29,68%	28,72%	17,80%	12,91%	21,13%
Operações com participantes	1,29%	0,69%	1,33%	0,53%	1,42%	1,30%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%	0,07%	0,09%	0,05%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

e. Análise de Sensibilidade

A premissa atuarial significativa para a determinação da obrigação atuarial é a taxa de desconto. Para demonstrar como a obrigação do benefício definido teria sido afetada por mudança significativa da taxa de desconto, a análise de sensibilidade foi realizada considerando alteração da taxa de desconto em 0,25% de aumento ou redução, mantendo-se todas as demais premissas adotadas. A seguir são apresentados os resultados:

	2022			2021		
	BD-I	OP	R	BD-I	OP	R
Valor presente das obrigações Atuariais real	2.811	19.818	13.271	26.412	49.733	28.924
Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,25%	2.858	20.148	13.547	26.859	50.576	29.539
Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,25%	2.766	19.497	13.056	25.976	49.912	28.446

33.2. Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento:

- Pré pagamento:** As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado
- Pós pagamento:** As contribuições mensais da companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

Notas Explicativas

O saldo atuarial do plano de benefício pós-emprego (Despesas de Assistência Médico-Hospitalar) em 2022 é de R\$104.384 (R\$97.443 em 2021), tendo sido apurado no exercício uma redução de R\$6.942 (R\$21.274 em 2021) dos quais R\$1.831 (R\$4.298 em 2021) foi registrado na rubrica benefícios pós-emprego - despesa de pessoal, R\$9.792 (R\$8.209 em 2021) em despesas financeiras na demonstração de resultado exercício. Além de R\$4.681 (R\$33.781 em 2021) referente a ganhos e perdas atuarias contabilizados em outros resultados abrangentes, líquidos de impostos no patrimônio líquido.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as despesas operacionais com o plano de saúde foram de R\$22.070 (R\$21.083 em 2021). Inclui R\$1.831 (R\$4.298 em 2021) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós-emprego.

A seguir demonstramos a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço do exercício e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado.

	2022	2021
Valor presente das obrigações no início do exercício	97.442	118.717
Custo do serviço corrente	1.831	4.298
Custos dos juros	9.792	8.209
(Ganhos)/Perdas atuariais - ORA	(4.681)	(33.781)
Valor das obrigações calculadas no final do exercício	104.384	97.443
Circulante	13.253	11.623
Não circulante	91.131	85.820

Demonstração das despesas a serem realizadas no exercício de 2023, segundo critérios do CPC33 (R1) é como segue:

Descrição	2023
Custo do serviço corrente	1.173
Custos dos juros	12.080
Total da despesa a ser reconhecida	13.253

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médica são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2022			2021		
	UNIMED CUIABÁ	UNIMED NACIONAL	SULAMERICA	UNIMED CUIABÁ	UNIMED NACIONAL	SULAMERICA
VARIÁVEIS ECONÔMICAS						
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	6,26%	6,26%	6,26%	5,31%	5,31%	5,31%
Expectativa Real de Inflação Futura	5,00%	5,00%	5,00%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	11,57%	11,57%	11,57%	10,05%	10,05%	10,05%
Taxa de Crescimento de Benefícios	5,00%	5,00%	5,00%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	9,20%	9,20%	9,20%	8,68%	8,68%	8,68%
Taxa de Rotatividade	9,50%	9,50%	9,50%	9,50%	9,50%	9,50%
Permanência no Plano na aposentadoria	90,00%	75,00%	75,00%	90,00%	75,00%	75,00%
Fator de Envelhecimento	Nulo	3,00%	3,00%	Nulo	Nulo	3,00%
TÁBUAS BIOMÉTRICAS						
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (Frac) Crédito	LIGHT (Frac) Crédito	LIGHT (Frac) Crédito	LIGHT (Frac) Crédito	LIGHT (Frac) Crédito	LIGHT (Frac) Crédito
Método de Financiamento	Unitário Projetado	Unitário Projetado	Unitário Projetado	Unitário Projetado	Unitário Projetado	Unitário Projetado

Notas Explicativas

34. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contratos de compra de energia ⁽¹⁾					
Vigência	2023	2024	2025	2026	Após 2026
2023 a 2055	2.480.494	2.527.665	2.395.774	2.384.780	24.716.680

⁽¹⁾ Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os mesmos, foram homologados pela ANEEL.

35. Meio Ambiente (*)

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

1. Redes, linhas e subestações: Os empreendimentos em ampliação, instalação e operação são submetidos ao licenciamento ambiental de acordo com a esfera de licenciamento (municipal, estadual e federal). O licenciamento ambiental é um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), conforme Lei Federal Nº 6.938/1981, que preconiza que a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento por órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.
2. Na fase prévia são realizados estudos ambientais (EIA/RIMA, Relatórios Simplificados e outros) para avaliar se o empreendimento possui viabilidade socioambiental conforme suas características e localização, para obtenção da Licença Prévia. Nesta fase são envolvidos os órgãos ambientais competentes (Secretarias municipais, Órgãos Estaduais e Ibama) e intervenientes (FUNAI, ICMBio, IPHAN e outros).
3. Na fase de instalação/ampliação dos empreendimentos, após a obtenção da Licença de Instalação, é prevista a necessidade de autorização e anuências complementares, sempre que aplicável, como autorizações de supressão de vegetação, intervenção em APP, outorgas, autorização de interferência em patrimônio históricos e cultural, interferência em Zonas de Amortecimentos de Unidades de Conservação e de Terras Indígenas etc. Nesta fase também são implantados os programas e planos de prevenção e mitigação de impactos ambientais e medidas compensatórias.
4. Para as Redes Rurais - RDR's é necessário fazer o RAS - Relatório Ambiental Simplificado das ligações de clientes rurais em áreas sensíveis (Unidades de Conservação, Área de Preservação Permanente, Pantanal e Zonas de Amortecimento) e inventário florestal (quando necessário), o órgão emite um Certificado Ambiental e Autorização de desmate.
5. Em 2022, quatrocentos e doze (412) clientes foram atendidos através do Programa "Mais Luz para a Amazônia - MLpA", recebendo energia através da instalação de sistema fotovoltaicos individuais. Estes clientes se encontram isolados ou muito distantes do sistema de distribuição, impossibilitando o atendimento pelo método convencional. Grande parte dos clientes atendidos no MLpA são comunidades e povos tradicionais (indígenas, ribeirinhos e outros) do Estado de Mato Grosso.
6. Na operação dos empreendimentos são implantados programas e planos ambientais específicos para esta fase, com o objetivo de manutenção e renovação das Licenças de Operação. Entre as medidas mitigadoras de impacto na fase de operação destaca as manutenções das redes em áreas arborizadas, são utilizados cabos protegidos nas redes de média tensão que têm proximidades com a vegetação, de forma a evitar podas indesejáveis. E em caso de necessidade de podas, são realizadas o mínimo possível, para não comprometer a distribuição de energia.

Notas Explicativas

7. A Companhia tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma à regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos e recuperação de óleo isolante mineral, garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente.
8. A realização de análises em amostras de óleo isolante, verificando-se a não existência de indícios de Bifenilos policlorados - PCB e/ou de impurezas, de forma a eliminá-los dos equipamentos da empresa, ratificando, assim, o cumprimento dos requisitos legais.
9. Destinação final de lâmpadas e outros resíduos perigosos: a Companhia possui procedimento para destinação de lâmpadas de vapor de sódio, vapor de mercúrio e fluorescente existentes em suas instalações próprias. Os resíduos são destinados por empresas especializadas e devidamente licenciadas.
10. Na Contratação de fornecedores: contrata fornecedores que comprovadamente tenham boa conduta ambiental. E informa aos parceiros e clientes sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente, que visam, em suma, preservar a vida.
11. Patrocínios de projetos ambientais e sociais: parceria com o Poder Judiciário de Mato Grosso com o Projeto Verde Novo, que tem como objetivo intensificar a distribuição de mudas de árvores nativas. Patrocínio para Associação Cultural Flor Ribeirinha, que trabalha há mais de 24 anos no resgate, manutenção, proteção e difusão da cultura popular, sobretudo o Siriri e Cururu, bem como outras formas de expressão da cultura regional em todo o Estado de Mato Grosso.

No exercício de 2022, os montantes investidos nos projetos descritos acima, totalizaram R\$ 102.889 (R\$55.007 em 2021).

(*) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

36. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2022 e 2021, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	2022	2021
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - bifurcação de ativos	698.570	376.748
Ativo financeiro indenizável da concessão - valor justo ativo indenizável	240.785	353.014
Atividades operacionais		
Fornecedores a prazo	30.204	29.771
Incorporação de redes	133.166	38.001
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	-	(2.490)
Benefício pós-emprego -déficit atuarial	1.707	2.158
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	30.204	29.771
Ativo Contratual - Infra-estrutura em construção	133.166	38.001
Intangível - CPC 06 (R2)	-	(2.490)
Atividade de financiamento		
Empréstimos e financiamentos -déficit atuarial	1.707	7.762

37. Evento subsequente

37.1. Bandeira tarifária

A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira Verde a serem aplicadas para os meses de janeiro a março de 2023, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

37.2. Retirada de patrocínio de planos de previdências

Em 31 de janeiro de 2023 a Companhia solicitou à Fundação Energisa de Previdência - EnergisaPrev a retirada de patrocínio do plano de benefício Plano R, em face ao reduzido número de participantes remanescentes no plano, após os movimentos de migração concluídos em 2022, tornando-os inviáveis em termos de custeio administrativo.

Notas Explicativas

37.3. Decisão do STF sobre “coisa julgada” em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo pela perda de efeitos das decisões individuais transitadas em julgado quando, em controle de constitucionalidade, ocorrer mudança do entendimento da corte em julgamento de temas tributários. Avaliando as decisões judiciais com trânsito em julgado, a Companhia não identificou casos em que houve modificação de entendimento pelo Supremo Tribunal Federal, para a data base de 31 de dezembro de 2022.

37.4. Empréstimos Contratados

Em 30 de janeiro 2023 a Companhia, captou junto ao Banco Citibank S/A a importância de R\$300.000, correspondente a USD58.823 dólares americanos, com remuneração de SOFR + 0,80% ao ano, com vencimento em 30 de janeiro de 2026. Foi contratado swap a taxa de CDI + 1,50% ao ano, retirando o risco cambial da operação.

Em 09 de março 2023 a Companhia captou junto ao Scotiabank Brasil S/A Banco Múltiplo a importância de R\$230.000, correspondente a USD44.264 dólares americanos, com remuneração de 5,365 ao ano, com vencimento em 09 de março de 2026. Foi contratado swap a taxa de CDI + 1,57% ao ano, retirando o risco cambial da operação.

37.5. Dividendos do exercício de 2022

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 15 de março de 2023, aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta do lucro do exercício de 2022, no montante de R\$366.689, equivalentes a R\$1,67481657650797 por ação ordinária e preferencial do capital social. Os pagamentos serão efetuados no dia 29 de março de 2023, com base na posição acionária do dia 20 de março de 2023, respeitadas as negociações deste dia, inclusive.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida e disponibilidade da rede elétrica

Porque é um PAA (Principal Assunto de Auditoria)

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 26 às demonstrações financeiras, a Companhia registra mensalmente o fornecimento de energia elétrica faturada e disponibilidade de sua rede elétrica, através da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição, bem como a realização das contas a receber na medida em que estas são arrecadadas.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido ao grande volume e pulverização das transações que ocorrem mensalmente, tendo relevância significativa para as operações e dependência de processamentos sistêmicos complexos, que garantam a inclusão da totalidade dos consumidores. Além disso, a valorização das quantidades de energia faturadas deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria sobre o registro do faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida pela Companhia incluíram, entre outros (a) entendimento e avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relevantes relacionados ao processo de medição de volumes de energia e tarifas aplicadas; (b) envolvimento de auditores especialistas da área de Tecnologia da Informação - TI para a identificação dos sistemas relevantes utilizados no processamento da medição e faturamento da energia elétrica fornecida, interface de sistemas e controles automatizados relacionados aos fluxos relevantes do faturamento, bem como os controles internos existentes para garantir a precisão e integridade do registro do faturamento com o sistema contábil; (c) a execução de teste que compreendeu desenvolver, a partir de nosso conhecimento da indústria, uma expectativa independente do montante faturado e sua comparação com as receitas efetivamente reconhecidas; (d) confrontação das tarifas utilizadas nos faturamentos com aquelas aprovadas pelo Órgão Regulador do setor; (e) confronto dos montantes recebidos ao longo do exercício com o nível de perda esperada apurado pela Administração; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos que os valores contabilizados referentes ao faturamento da energia elétrica e à disponibilização da rede estão consistentes com as políticas internas e diretrizes usualmente aplicadas no setor, bem como as divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórias

Porque é um PAA (Principal Assunto de Auditoria)

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 23 às demonstrações financeiras, a Companhia possui diversos processos e/ou questionamentos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórias (doravante "provisão para riscos"), cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle e deverão ser solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos e na definição das estimativas de perda de cada disputa em andamento. A partir desse julgamento, a Administração define uma provisão para os processos e/ou questionamentos, cujas perdas são consideradas prováveis.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude do elevado grau de julgamento necessário para determinar os prognósticos de perda, a mensuração da provisão para riscos e elaboração das divulgações requeridas nas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros (a) avaliação do desenho e implementação de controles internos relevantes sobre as provisões para riscos e divulgação dos passivos contingentes; (b) envio de confirmação independente para os advogados responsáveis pelos processos e/ou questionamentos em curso; (c) verificação da consistência das informações existentes no relatório

de inventário de processos e de riscos da Companhia com as respostas dos advogados; (d) discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (e) teste da totalização dos processos e/ou questionamentos que compõem a provisão para riscos; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos aceitáveis os valores contabilizados de provisões para riscos e a avaliação dos passivos contingentes, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram retificados em relação às demonstrações financeiras originalmente divulgadas daquele exercício as quais foram auditadas por outro auditor independente. Os valores correspondentes ora retificados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 3.3 foram auditados por outro auditor que emitiu relatório datado em 15 de março de 2023, sem modificação de opinião, incluindo parágrafo de ênfase sobre a reapresentação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e do balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de

apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Auditores Independentes Ltda. - CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ - Antônio Carlos Brandão de Sousa - Contador - CRC nº 1 RJ 065976/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 03.467.321/0001-99
NIRE 51.300.001.179
- Companhia Aberta -

Ata de Reunião do Conselho Fiscal da Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), realizada em 15 de março de 2023.

1. Data, Hora e Local: Aos 15 dias do mês de março de 2023, às 11h30, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, disponibilizada pela Companhia com sede na Rua Vereador João Barbosa Caramuru nº 184, bairro Bandeirantes, Cuiabá, estado do Mato Grosso, CEP: 78.0109-00.
2. Convocação e Presença: Convocados regularmente todos os membros do Conselho Fiscal da Companhia, encontram-se presentes por vídeo conferência os conselheiros abaixo assinados, verificando-se a composição de quorum suficiente para a instalação da presente reunião do Conselho Fiscal. Presentes também (i) o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, Maurício Perez Botelho; (ii) o Diretor Corporativo de Contabilidade, Tributário e Patrimonial, Vicente Cortes de Carvalho; (iii) o Assessor Contábil, Rodolfo da Paixão Lima.
3. Mesa: Presidente: Sr. Flavio Stamm
Secretário: Sr. Guilherme Fiuza Muniz
4. Deliberações: Foram tomadas, por unanimidade, as seguintes deliberações:
 - 4.1. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Reunião do Conselho Fiscal em forma de sumário.
 - 4.2. Consignar que os membros do Conselho Fiscal da Companhia examinaram o relatório anual da administração e das contas da administração, as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como proposta da administração para a destinação dos resultados, de acordo com as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, que faz parte integrante das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, conforme apresentação realizada pelos representantes da Companhia que prestaram todos os esclarecimentos necessários e solicitados pelos Conselheiros Fiscais.
 - 4.3. A cópia do material apresentado no item 4.2, numerada e autenticada pela mesa, fica arquivada na Companhia como doc. 1.
 - 4.4. Opinar favoravelmente acerca do encaminhamento dos documentos descritos no item 4.2. acima, conforme parecer do Conselho Fiscal, Anexo I da presente ata
 - 4.5. Consignar que os membros do Conselho Fiscal foram convocados para assistir a reunião realizada pelo Conselho de Administração da Companhia nesta data, às 11hrs, sendo representados pelo conselheiro fiscal Flavio Stamm.
5. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta reunião que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

Mesa: Flavio Stamm - Presidente, Guilherme Fiuza Muniz - Secretário
Conselheiros Fiscais: Jorge Nagib Amary Junior - Flavio Stamm - Daniel Vinicius Alberini Schrickte

Anexo I a Reunião do Conselho Fiscal da ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., realizada no dia 15 de março de 2023
às 11:30 horas.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), nos termos do parágrafo 3º do art. 163 da Lei 6.404/76, apreciou (i) o relatório anual da administração e das contas da administração; (ii) as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iii) a proposta da administração para a destinação dos resultados, de acordo com as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, que faz parte integrante das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (iv) o relatório anual dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido sem ressalvas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes em 15 de março de 2023; e, após exame da documentação em questão opina favoravelmente ao encaminhamento dos referidos documentos para deliberação dos acionistas em Assembleia Geral.

Conselheiros Fiscais: Jorge Nagib Amary Junior - Flavio Stamm - Daniel Vinicius Alberini Schrickte

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2022

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cuiabá, 16 de março de 2023.

Gabriel Alves Pereira Junior
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fernando Cezar Maia
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem Designação Específica

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Fabricio Sampaio Medeiros
Diretor Técnico e Comercial

Vicente Côrtes de Carvalho
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial

Alane Fernandes Maciel
Contadora - CRC-TO 003103/O "S" MT

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia) sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cuiabá, 16 de março de 2023.

Gabriel Alves Pereira Junior
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fernando Cezar Maia
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem Designação Específica

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Fabricio Sampaio Medeiros
Diretor Técnico e Comercial

Vicente Côrtes de Carvalho
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial

Alane Fernandes Maciel
Contadora - CRC-TO 003103/O "S" MT